



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**HERCÍLIA MARIA DE ANDRADE SOUZA**

**NOS TERRITÓRIOS DA SEDUÇÃO, VIOLÊNCIA E PRAZERES PROIBIDOS: A  
PROSTITUIÇÃO EM INGÁ-PB (1940-1960)**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2014**

**HERCÍLIA MARIA DE ANDRADE SOUZA**

**NOS TERRITÓRIOS DA SEDUÇÃO, VIOLÊNCIA E PRAZERES PROIBIDOS: A  
PROSTITUIÇÃO EM INGÁ-PB (1940-1960)**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Licenciatura em História apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito para obtenção do grau de licenciado  
em História.

Orientadora: Dra. Maria do Socorro Cipriano

CAMPINA GRANDE-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

729 Souza, Hercília Maria de Andrade

Nos territórios da sedução, violência e prazeres proibidos  
[manuscrito] : a prostituição em Ingá-PB (1940-1960) / Hercília  
Maria de Andrade Souza. - 2014.  
65 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano,  
Departamento de História".

1. Prostituição. 2. Relações Sociais 3. Cultura I. Título.

21. ed. CDD 306.74

**Hercília Maria de Andrade Souza**

**NOS TERRITÓRIOS DA SEDUÇÃO, VIOLÊNCIA E PRAZERES PROIBIDOS: A  
PROSTITUIÇÃO EM INGÁ-PB (1940-1960)**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Licenciatura em História apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito para obtenção do grau de licenciado  
em História.

Aprovado em: 27 / 02 / 2014.

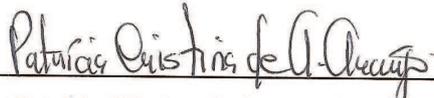
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Maria do Socorro Cipriano

DH/UEPB

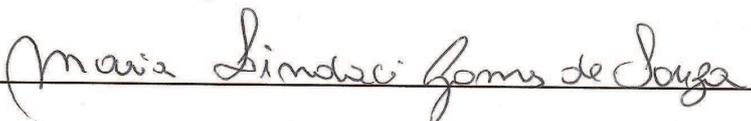
(Orientadora)



Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo

DH/UEPB

(Examinadora)



Prof. Dra. Maria Lindaci Gomes de Sousa

DH/UEPB

(Examinadora)

CAMPINA GRANDE-PB

2014

## DEDICATÓRIA

*A todas as Marias, Minervina, Clotilde e Santa que me emprestaram seus corpos e suas vidas  
para que escrevesse histórias sobre elas.*

## AGRADECIMENTOS

Ao término desse trabalho quero agradecer ao meu bom Deus, por ter me permitido chegar até aqui com vida, saúde e vontade de vencer todos os obstáculos que encontrar pelo meu caminho. Obrigada meu Deus, por ter me envolvido com tanta luz e tanto amor.

A minha querida orientadora, Socorro Cipriano, agradeço pela sua gentileza, paciência e pelas sábias orientações, sem as quais jamais teria conseguido fazer esse trabalho.

A minha família, aos meus pais José e Severina que me deram a vida, me educaram e me ensinaram a sonhar, agradeço também por sempre acreditarem em mim e nos meus sonhos sempre me dando o suporte emocional que precisei. A minha irmã Emília por tantos (des) encontros que uma relação de irmã com personalidades distintas provoca, mas que geram conhecimento de si e do outro.

Às minhas amadas, avó Maria Maciel e madrinha Teresa Cristina, por todo o apoio incondicional durante toda a minha trajetória educacional e especialmente nesses últimos quatro anos de convivência diária, agradeço imensamente pelo apoio emocional, pelo cuidado, pelo zelo que sempre tiveram por mim, sem a ajuda de vocês esse sonho não poderia ser realizado.

Aos amigos da universidade, pela fecunda convivência, pelos momentos de alegria, descontração, por tantos desencontros e frustrações que passamos juntos; agradeço especialmente a minha querida amiga Ana Cláudia a quem tenho o carinho de uma irmã, por tantos momentos compartilhados, pelas incertezas e pelos sonhos mirabolantes que nutrimos juntas, os quais espero realizar.

A todos os professores da UEPB que passaram pela minha trajetória acadêmica, os quais contribuíram para minha formação enquanto historiadora e como um ser melhor, pois o curso de História é um curso para a vida.

Às professoras Patrícia Cristina e Maria Lindaci que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora.

A querida Socorro Moraes, ex-secretária do curso de História, pelo carinho, pela atenção e disponibilidade em nos ajudar com as burocracias acadêmicas, sempre nos tratando como se fossemos seus filhos, como também pelos cafés tão importantes para nós estudantes famintos não só de café, mas da conversa, da descontração e do acalanto que esse momento propiciava, distantes assim por alguns instantes da frieza do ambiente acadêmico.

Ao querido amigo Rui Barbosa, geógrafo ingaense, que me ajudou a enxergar a história de Ingá com outros olhos, como também pela ajuda com as entrevistas.

Aos funcionários do Fórum de Ingá, pela disponibilidade, em me proporcionar o acesso às riquezas históricas do arquivo judiciário de Ingá.

Ao Padre Severino Barbalho, sempre atencioso me disponibilizando documentos e livros da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Ingá, necessários a minha pesquisa.

A todos os meus entrevistados que me contaram suas histórias, compartilharam suas memórias comigo, revirando suas emoções e lembranças tão preciosas para o nosso ofício de historiador.

Por fim, com o coração transbordante de alegria pela sensação do dever cumprido, reafirmo as palavras que me acompanharam durante toda a minha trajetória acadêmica e que trago em meu ser: “Tudo posso Naquele que me fortalece”.

## RESUMO

O presente trabalho analisa as relações socioculturais engendradas pelas meretrizes na sociedade de Ingá-PB, entre os anos de 1940 e 1960. Assim, discutimos em quais padrões comportamentais a prostituição se insere; que tipos de relações de gênero foram fomentadas na cidade de Ingá-PB; considerando a prostituição como um todo social que se move, o que tais relações podem nos informar acerca da cultura da sociedade ingaense no período recortado. Desse modo, abordamos os códigos comportamentais que permeavam a prostituição no Ingá, as relações de violência, de vulnerabilidades e de solidariedades. Como abordagem metodológica, nos ancoramos na análise de entrevistas, de fontes judiciais, jornais de circulação da época, e nas reuniões e visitas pastorais registradas no Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Ingá-PB, que nos informam os discursos sobre a prostituição, moralização, família e saúde pública que perpassavam a sociedade ingaense e paraibana, no período recortado. Desta forma, voltamos o nosso olhar para a importância de reconhecer a história da prostituição na cidade de Ingá-PB num período em que a mesma se modernizava, agregava novos grupos sociais, valores e hábitos.

Palavras-chave: Prostituição. Sociabilidades. Modernização. Prazeres. Condutas.

## ABSTRACT

The present work analyzes the sociocultural relations engendered by harlots in society of Ingá-PB, between 1940 and 1960. So, we discussed in which behavioral patterns prostitution falls; What types of gender relations were encouraged in the city of Ingá-PB; considering prostitution as a social whole that moves, that such relationships can inform us about the culture of the society in the period ingaense clipped. Thus, we discuss the behavioral codes that permeated prostitution in Ingá, relations of violence, of vulnerability and of solidarity. As a methodological approach, we anchored in the analysis of interviews, judicial sources, newspapers of the era, and meetings and pastoral visits recorded in the book of Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Ingá-PB, which inform us the speeches about prostitution, moralizing, family and public health perpassavam ingaense society and Paraiba, clipped. In this way, we turn our eyes to the importance of recognizing the history of prostitution in the city of Ingá-PB in a period in which it modernizava, added new social groups, values and habits.

Keywords: Prostitution. Socialites. Modernization. Pleasures. Pipelines.

## SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo I: Marcas da Prostituição na Historiografia.....	12
Capítulo II: Cartografias dos Desejos: a Cidade de Ingá- PB nas Primeiras Décadas do Século XX.....	24
1.0 Situando o Ingá-PB no Contexto Paraibano.....	28
1.1 Os Espaços de Prostituição de Ingá-PB.....	35
1.2 No vai e vem do Trem: Prostitutas em Trânsito.....	38
Capítulo III: Luzes que se apagam, Desejos que se Acendem: As Relações Amorosas e Conflituosas no Meretrício da cidade de Ingá-PB.....	41
2.0 Meretrizes, Moças de família e Mulheres casadas: Relações de Conflito e Regras de Conduta.....	41
2.1 Prostitutas e Clientes: Vozes que Ecoam Contra Autoridades Policiais.....	48
2.2 Relações Violentas: a não Aceitação das Recusas das Meretrizes.....	52
2.3 Territórios da Insegurança: Vulnerabilidade e Laços de Solidariedade no Meretrício Ingaense.....	56
Considerações finais.....	59
Fontes consultadas.....	61
Referências.....	63

## INTRODUÇÃO

Mulher Perdida  
 Jovem, bonita, e já sob os azares  
 Dos cabarés, das noites sem dormida,  
 A buscar no prazer e na bebida  
 Os saceios, talvez dos teus cismares.

Gastas o tempo todo sem pensares  
 No negror desta tua triste vida,  
 Vendendo carne de mulher perdida  
 Nos trágicos balcões dos lupanares.

Vejo bem que de tua virgindade  
 Jamais sentiste um pouco de saudade,  
 Presa por certo a um fio de ilusão.

Mas, amanhã, com o decorrer dos anos,  
 Irás sentir tremendos desenganos  
 A torturar-se o próprio coração...

(COELHO, Nereu. *Diário da Borborema*, sábado, 5 de julho de 1958).

Neste poema, descrita como jovem, bonita, porém, embriagada pelos prazeres e pelas bebidas, irracional por não pensar no modo como gasta a sua vida, e por mais tarde, com o decorrer dos anos, deparar-se com a irremediável e infeliz velhice de uma prostituta desenganada, torturada pelo arrependimento de não ter gozado de sua juventude de maneira sadia e por não ter guardado sua virgindade; a vida e o corpo da meretriz são poetizados e expostos no *Jornal Diário da Borborema*, em julho de 1958. Assim, habitando sob os “azares dos cabarés”, as prostitutas são frequentemente estereotipadas por narrativas, por poesias que a reduzem a um mero corpo perdido nos prazeres e no pecado.

Como nesta poesia, as prostitutas também são marginalizadas pela sociedade, pelos moradores das cidades que preferem deixa-las esquecidas na sua caixinha de memórias proibidas. Entretanto, mesmo que os cidadãos queiram esquecer tais personagens, sua presença é inegável no cotidiano das cidades que passaram por um intenso processo de modernização no início do século XX, como a cidade de Ingá-PB.

Dessa maneira, buscamos refletir neste trabalho, quais as relações socioculturais foram engendradas pelas meretrizes na sociedade ingaense, entre os anos de 1940 e 1960. Para tanto, objetivamos perceber em quais padrões comportamentais a prostituição se insere; que tipos de relações de gênero foram fomentadas na cidade de Ingá, e considerando assim, a prostituição como um todo social que se move, o que tais relações podem nos informar acerca da cultura da sociedade ingaense do período recortado.

Para tais abordagens, ancoramos nas contribuições teóricas e metodológicas trazidas por autores (as) como Margareth Rago (2008); Magali Engel (2004); Martha Esteves (1989); Del Priore (2011); Nascimento (2008), entre outros, que nos permitem entender o universo multifacetado da prostituição, configurado por relações de paixão, violência, códigos sociais, condutas e solidariedades.

Para contextualizar a cidade de Ingá, utilizamos como fontes os jornais: Diário da Borborema e A União, este último de extrema importância para que pudéssemos compreender como a imprensa dos anos 40 percebia a chegada da modernidade na Paraíba, quais as mudanças no cotidiano das famílias e das relações conjugais que antes se resumia ao convívio do lar, mas, com a modernidade e suas opções de lazeres e diversões deslizam para outros espaços coletivizados como cinemas, teatros e cassinos. Além disso, contribuindo para traçarmos um panorama das medidas de saúde pública e higienização, implementadas durante o Governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), situando o Ingá nesse movimento de higienização dos espaços, sobretudo as zonas de meretrícios que são varridas para áreas marginais da cidade do Ingá-PB.

Além desta, outra fonte de grande importância, para nosso estudo foi o Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição-Ingá-PB, através do qual podemos ter acesso aos registros dos padres e dos bispos que em suas visitas pastorais, demonstravam uma significativa preocupação com a situação espiritual dos fiéis católicos de Ingá e com a condição de amasiamento dos casais ingaenses.

Com o objetivo de cartografar a zona de meretrício ingaense, e as impressões dos ingaenses em torno da presença dos cabarés e das meretrizes, utilizamos as entrevistas realizadas com D. Miriam Borba Lira (80 anos), o Sr. José dos Santos (75 anos) e o Sr. José Francisco Gomes (81 anos), moradores de Ingá que compartilharam conosco suas memórias fragmentas, reticentes em falar da zona de meretrício ingaense, mas que foram muito valiosas para nosso estudo, pois, elaboramos a cartografia de Ingá a partir de seus olhares, de suas lembranças e indicações.

Nosso trabalho apoia-se também na análise das fontes judiciais, do Fórum de Ingá, no período de 1940-1960, para perceber quais as lutas que as prostitutas travam nas instâncias judiciais; para isto foram analisados seis processos-crimes e inquéritos policiais que mostram as relações de conflitos das meretrizes, com as moças, senhoras casadas, clientes e autoridades policiais. Os processos e inquéritos policiais da comarca de Ingá, foram essenciais para a construção e compreensão das micro-relações existentes dentro da zona de meretrício ingaense no período pesquisado.

Segundo Martha Esteves (1989) trabalhar com processos criminais é adentrar em um universo complexo, cheio de códigos e de contradições, mas que “por meio dessas contradições presentes nos depoimentos de ofendidas, acusados e testemunhas, entre o que deveriam dizer e o que dizem e o que fazem, é possível pensar em aspectos morais e sexuais de uma cultura popular”. (ESTEVEES, 1989, p. 129).

Dessa maneira, adentramos nesse universo documental complexo, buscando as vozes dos atores sociais envolvidos nas tramas que circundam a prostituição em Ingá, recuperando através dos depoimentos, dos autos de acusação, os valores, as preocupações e os conflitos travados entre as meretrizes e a sociedade ingaense. Feitas tais considerações acerca das fontes utilizadas, apresentamos o trabalho estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Marcas da Prostituição na Historiografia”, apresentamos algumas discussões historiográficas acerca da história das mulheres e da categoria gênero, perpassando por obras que se voltam para a abordagem dos discursos e imagens da prostituição nos cenários urbanos.

No segundo capítulo, intitulado “Cartografias dos Desejos: a Cidade de Ingá- PB nas Primeiras Décadas do Século XX” elaboramos uma cartografia da cidade do Ingá; discutimos seus aspectos econômicos, culturais e sociais no início do século XX, destacando a “época de ouro” que o Ingá viveu com a produção algodoeira, a qual lhe permitiu a constituição de espaços de sociabilidades, diversão e prazeres, como os cabarés. Assim, situamos o Ingá no contexto paraibano de modernização, e de desenvolvimento dos espaços urbanos. Como também, cartografamos os espaços de prostituição, a partir da lembrança dos moradores de Ingá.

No terceiro capítulo, “Luzes que se apagam, Desejos que se Acendem: As Relações Amorosas e Conflituosas no Meretrício da cidade de Ingá-PB”, através dos processos-crimes e inquéritos policiais, abordamos os diversos casos de violência, de abuso de poder e de conflitos entre as mulheres, moças da sociedade, clientes e meretrizes do Ingá.

## CAPÍTULO I - Marcas da Prostituição na Historiografia

À margem da historiografia oficial, a temática da prostituição se transforma em objeto para a análise histórica a partir da década 80 quando surgem os primeiros estudos possibilitados pelas novas abordagens da Nova História Cultural, dentre os quais, no Brasil, podemos citar: *Do Cabaré ao Lar, Meretrizes e doutores e Os prazeres da Noite*<sup>1</sup>, este último já na década de 90. Assim, preocupada com uma análise mais ampla que incluísse personagens marginalizados, a Nova História Cultural, cujas ideias penetraram na historiografia brasileira, a partir de meados da década de 1980<sup>2</sup>, trouxe para a alçada da História, novas problemáticas, novas abordagens, novos objetos e sujeitos até então ignorados como as prostitutas.

Considerando a relevância de dialogar com alguns estudos que versam sobre o tema da prostituição, o objetivo deste capítulo é, pois, fazer uma breve discussão da historiografia que trata da prática da prostituição, sobretudo aquelas referências que se aproximem do nosso objeto de estudo: a prostituição em Ingá-PB entre 1940 e 1960, no sentido de apontar para a compreensão das relações sociais dentro e fora da zona de meretrício ingaense, em suas relações com diferentes grupos socioculturais na conjuntura citada.

Para contextualizar a entrada dos estudos sobre as Mulheres no campo da História, Rachel Soihet sublinha que, articulada aos movimentos feministas dos anos 60, a Nova História Cultural reforçou o enfoque no feminino, contribuindo para o processo de elevação das mulheres “à condição de objeto e sujeito da história, marcando a emergência da História das Mulheres”<sup>3</sup> (SOHIET, 2007, p. 285). Desse modo, a emergência desse novo campo historiográfico possibilitou a abertura para novas identidades e grupos excluídos como as mulheres operárias, camponesas, escravas, mulheres comuns e também mulheres prostituídas.

Também refletindo sobre as contribuições dos estudos de gênero para a análise histórica, o artigo de Joan Scott (1989) “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”

---

<sup>1</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. 1985.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

<sup>2</sup> Sobre a chegada da Nova História Cultural ao Brasil veja Vainfas, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia da História. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007, p. 127-162.

<sup>3</sup> SOHIET, Rachel. Pedro, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de gênero*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 54, 2007, p.285.

passou a servir como uma referência para as discussões de gênero, alargando o campo historiográfico ao propor estudar o gênero como uma “categoria de análise”<sup>4</sup>, cujos elementos constitutivos baseiam-se na percepção das diferenças entre os sexos sob a ótica das relações sociais e de poder. Desse modo, pensando o gênero como ferramenta de análise para os estudos sobre as mulheres, as discussões de Joan Scott contribuíram decisivamente para a constituição de um campo de conhecimento voltado para as práticas femininas, dando visibilidade e nomeando estas personagens silenciadas ou mesmo esquecidas pela história.

Assim, a análise de Joan Scott foi importante para alargar o debate sobre gênero enquanto categoria histórica, suscitando inúmeras produções historiográficas sobre as mulheres; a exemplo da historiadora Margareth Rago, estudiosa das temáticas de gênero e prostituição no Brasil, a qual se referindo a importância da categoria gênero, afirma que esta “permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuímos de algum modo”<sup>5</sup>. (RAGO, 2012, p. 56).

Ou seja, o estudo da categoria gênero serviu para iluminar temas sobre o feminino que até então estavam escantilhados, como a temática da prostituição no Brasil que só veio a ser conhecida e ter vitalidade a partir de meados dos anos 80 quando surgiram as primeiras publicações sobre o assunto, influenciadas pelos estudos de Michel Foucault sobre as práticas médicas e da sexualidade. Este contribuindo, portanto, para a demarcação do corpo como objeto de estudo tanto para a História Cultural como para as autoras feministas como Margareth Rago e Magali Engel.

Para situar tais produções e refletir algumas questões iniciais sobre a colonização da mulher e a invasão do mundo da prostituição pelos sanitaristas nos primeiros anos da República, encontramos como referência a obra *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*<sup>6</sup>, de Margareth Rago, cujo foco gira em torno do controle higiênico do cotidiano dos trabalhadores das fábricas e da desodorização do espaço urbano. Margareth Rago (1985) aponta para a preocupação dos higienistas em retirar a mulher do espaço pouco recomendado das fábricas e mantê-las no espaço do lar, cuidando dos filhos e do esposo, já que segundo a autora, para o discurso médico “a casa é considerada como lugar privilegiado

---

<sup>4</sup> Sobre o gênero como uma categoria de análise veja SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. In: Gender and the politics of history, New York, Columbia University Press, 1989.

<sup>5</sup> Veja Rago, Margareth. *Descobrir historicamente o gênero*. In: Gênero e História. CNT-Compostela, Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>>. Acesso em: 04/02/2014.

<sup>6</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. 1985.

onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país” (RAGO, 1985, p. 80).

Dessa maneira, segundo Margareth Rago, o discurso médico-higienista inscreve para a mulher o dever de cuidar dos filhos para que tenham bons hábitos, e dos maridos para que não frequentem botequins e cabarés, zelando assim pela santidade do lar e da civilização dos costumes da sociedade na nova república. Em contrapartida, às prostitutas é legado o dever de fazer exames periódicos, observar os locais e horários de circulação na cidade, pois “como energia natural e selvagem irrompendo das profundezas do social, a prostituição deveria ser represada para que não transbordasse em práticas condenáveis, desconhecidas e clandestinas” (RAGO, 1985, p. 85).

Perigosa, porém necessária, a prostituição é encarada pelo discurso médico e criminológico da nova república como um “vício” que deve ser controlado, elaborando para isso um projeto inspirado na França, que de acordo com a autora:

Visa definir uma economia do sexo, disciplinando a prostituição de modo a impedir que se manifestem formas aberrantes de comportamento sexual. Pretende-se, então, estabelecer uma linha divisória nítida entre a prostituição institucionalizada e tolerada e a clandestina, que deveria ser eliminada. (RAGO, 1985, p. 92).

Conforme a autora assinala, cria-se um ideal de prostituição naquele contexto fabril da das primeiras décadas do século XX, cujas atividades deveriam ser exercidas de maneira disciplinada, em bordéis registrados na polícia, vigiados pelas autoridades sanitárias, além de estarem situados distantes de escolas, igrejas internatos e bairros residenciais. Com a finalidade de reunir estas e outras medidas de controle para o exercício da profissão, é estabelecido um regulamento provisório para as meretrizes em 1897<sup>7</sup>.

Seis anos depois, em 1991, Margareth Rago publica o seu trabalho mais específico sobre o tema da prostituição: *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*<sup>8</sup>. Especialmente influenciada por Michel Foucault e seus estudos sobre sexualidade, nessa obra a autora realiza um estudo original sobre a atmosfera que envolve a prostituição; utilizando jornais, revistas, discursos médicos, criminológicos,

---

<sup>7</sup> O regulamento de 1897 determinava que as mulheres públicas moradoras em hotéis ou conventilhos, ou domicílio particular não poderiam residir em número excedente a três; as janelas deveriam ser revestidas com cortinas duplas e persianas; não era permitido chamar ou provocar os transeuntes; nos meses de abril a setembro deveria observar certos horários conservando-se as persianas fechadas; deveriam trajar vestimentas decentes ao sair à rua ou janelas e guardar recato nos teatros e divertimentos público, não sendo permitido conversações com homens em lugares observados pelo público. Veja “Sequestro da sexualidade insubmissa” In: RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 93.

<sup>8</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

jurídico e literário, Rago evoca as múltiplas faces da prostituição, problematizando a imagem da prostituta articulada ao processo de modernização do espaço urbano, a conturbada relação com a ordem jurídica e médica, os códigos que regem o mundo da prostituição, a violência e o tráfico de “escravas brancas”.

Dentre as inúmeras questões abordadas, a autora discute o surgimento da prostituição nos núcleos urbanos vinculado ao processo de modernização do espaço urbano e como este elo é percebido pelos cidadãos. Assim, Rago (1991) afirma que no contexto da modernização a prostituta foi recoberta por inúmeras imagens que lhe atribuíam características de independência, liberdade e poder. Desse modo, como *figura da modernidade*, ela era associada a extrema liberdade de costumes, desconectada dos vínculos tradicionais e à diversidade de novas práticas sexuais. Como *figura pública* por excelência comercializava o corpo dissociando prazer e amor. Enquanto *figura poderosa* era uma mulher na qual os instintos prevaleciam sobre a razão, simbolizando uma ameaça de quebra dos códigos e comportamentos estabelecidos<sup>9</sup>.

Ainda segundo a autora, nessa conjuntura, a meretriz passou a ser considerada como o lado negativo do progresso, um perigo para as moças de família que poderiam se contaminar tanto fisicamente como moralmente pela licenciosidade que a meretriz transmitia. A prostituta tornou-se um *fantasma* no imaginário social, ao passo que a sociedade burguesa polariza a figura da “prostituta” e da “mulher honesta”. A prostituta era a mulher descontrolada, livre e espalhafatosa, facilmente identificada pelos perfumes fortes, pelo comportamento extravagante e pela aparência. Enquanto a mulher honesta, embora estivesse entrando no mercado de trabalho, frequentando comércios e fábricas, deveria tomar cuidado para não ser identificada com estas outras mulheres, evitando roupas e perfumes e joias exageradas.

Outro trabalho sobre o tema que foi publicado na década de 80 é o da historiadora Magali Engel, *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*,<sup>10</sup> o qual se constitui como uma obra de referência para a abertura dos estudos sobre a prostituição no Brasil, pensando a atuação dos médicos e sanitaristas para o controle da prostituição no Rio de Janeiro do século XIX.

Nesse estudo, Magali Engel aborda as tentativas de enquadramento do corpo das meretrizes aos padrões higiênicos burgueses, uma vez que estes visam por ordem ao caos urbano do qual as meretrizes faziam parte no Rio de Janeiro do século XIX. Magali Engel

---

<sup>9</sup> Grifos da autora. Veja mais em *A prostituição como espetáculo*, In: Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo (1890-1930), São Paulo: Paz e Terra, 2001, 2ª ed. p. 41.

<sup>10</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

utilizando-se de várias fontes, tais como séries de relatórios e anais médicos, percebe como a prostituição é tratada como uma *doença* que ultrapassa a dimensão física do corpo, alcançado a extensão moral e social, uma vez que atinge o bem estar da família, do casamento, do trabalho e a propriedade.

De acordo com Engel, de pecado impronunciável, a prostituição é convertida pelas lentes médicas à doença, a qual apesar de representar um perigo desconhecido, escondido nos antros e ser um perigo “repugnante”, “imundo”, “miserável” e “degradante” deve ser estudado pelo médico, cabendo a este fazer desaparecer “o foco miasmático e prevenir seus “efeitos maléficos” sobre o organismo humano e a saúde pública” (ENGEL, 2004, p. 66).

Portanto, depois de conhecer e diagnosticar a doença que coloca em risco a família, os médicos *civilizadores* do século XIX elaboram um conjunto de propostas profiláticas e de controle da prostituição, dentre as quais, Engel destaca o projeto de regulamentação sanitária da prostituição pública no Rio de Janeiro, cuja proposta parte da premissa fatalista de que a prostituição é um *mal inevitável* logo não poderia ser extinta, pois constituía um *mal necessário* canalizador dos instintos “naturais” masculinos.

Assim sendo, o bordel deveria ser um espaço vigiado pela polícia e higienizado em que as prostitutas seriam submetidas a um rigoroso controle médico. Entretanto, esse projeto não foi compartilhado por toda a acadêmica de medicina, haviam aqueles que divergiam e apontavam que tais medidas significava “legalizar o mal” pois, de acordo com Engel “regulamentar implica não só tolerar a prostituição mas favorecê-la, tornando-a mais ameaçadora” (ENGEL, 2004, p. 120). Nesse sentido, concluía-se que a prostituição se tornaria uma profissão regular e legítima que ao invés de combatida seria ampliada, juntamente com os riscos de contaminação.

A autora também mostra como algumas medidas regeneradoras para as prostitutas foram propostas por médicos, sanitaristas e outros setores sociais, visando enquadrar o corpo dito insubmisso da meretriz aos padrões de comportamentos tidos como sadios pela burguesia. Dentre essas propostas reabilitadoras estão a conversão da prostituta a doutrina cristã, incentivar o amor ao trabalho, já que no corpo da prostituta está impresso o estigma do não trabalho, da ociosidade. Além destas, outra medida regeneradora seria a criação de associações e asilos para que as meretrizes recebessem orientações das mulheres casadas e mães de família. Mas, se estas medidas surtiram efeito não sabemos, pois a autora não trata das manifestações de resistência à implantação destas ações, entretanto Engel contribui substancialmente para pensarmos as tentativas de aprisionar o corpo nômade e insubmisso da

prostituta que por ser assim tão movediço ameaça os padrões burgueses de comportamento sedentário.

Para compor os discursos em torno da disseminação de normas e da marginalização de comportamentos, torna-se importante aqui o estudo da historiadora Martha de Abreu Esteves: *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque (1989)*<sup>11</sup>, para perceber as práticas jurídicas em defesa da honra das famílias e as normas comportamentais para as prostitutas.

Segundo a autora, nos discursos jurídicos para a defesa da honra era indispensável a preocupação com o comportamento honesto do indivíduo, especialmente o feminino, pois o comportamento honesto estava associado diretamente à conduta uma vez que esta situava-se num contexto mais amplo, pois emergiam as normas e os valores sociais também mais amplos da sociedade, de modo que a quebra destas representava uma ameaça para a sociedade. Assim, a autora afirma que “a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam” (ESTEVES, 1989, p.41).

Nesse sentido, como apontam os estudos da referida autora, ao interrogar uma testemunha, os delegados, advogados, promotores e juízes faziam uma varredura acerca da conduta da suposta vítima, levando em conta suas opções de lazer, as formas de como o namoro se dava, a moradia, o trabalho, a estrutura familiar e as amizades, afim de que seu veredicto refletisse como um espelho para a sociedade. No caso das prostitutas, a atitude da Justiça certamente seria ainda mais rigorosa.

Segundo Esteves, quando se trata do comportamento de uma prostituta, “o ser prostituída envolvia então só ter muitas relações sexuais, mas ter determinados comportamentos (como andar só, fantasiar-se e sair à noite) e até pensamentos (intenção de não voltar para dormir)” (ESTEVES, 1989, p.52). Dessa maneira, a análise do comportamento das prostitutas não ficava só no plano prático, palpável, mas era também da ordem dos pensamentos, das intenções, daquilo que não se vê, mas, se imagina e deduz-se.

Apesar do tema da prostituição ser pouco visitado pelos historiadores, a pesquisa também atinge outras áreas. Uma obra mais recente e que reflete pesquisas de profissionais de diversas áreas das Ciências Humanas, contribuindo para o estudo da prostituição no sentido de reafirmar a importância de investigação dessa *prática* ainda tão atual é a obra *Prostituição*

---

<sup>11</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

*em áreas urbanas: histórias do tempo presente* (2010)<sup>12</sup>. Esta se constitui em uma coletânea de textos, fruto de investigações científicas realizadas por historiadores, sociólogos, comunicadores e educadores, tendo como eixo norteador a prostituição praticada em diferentes espaços e tempos no Estado de Santa Catarina, pensando como estas se inscreveram nos espaços da cidade de Santa Catarina e na memória dos seus habitantes.

Consideramos relevantes para nossa discussão acerca dos espaços praticados pelas prostitutas e dos significados dessa “geografia dos prazeres” para autoridades e populares, três artigos da coletânea. O artigo “*Casas, esquinas e ruas ‘do pecado’: lugares de prostituição, memórias sobre um discurso caminhante*”<sup>13</sup>, de autoria da historiadora Janine Gomes da Silva, a qual contextualiza como as ruas de Joinville/SC são lembradas pelos antigos moradores como lugares de prostituição, como uma parte da cidade reservada aos prazeres e ao “pecado”. Fazendo como que “desses lugares, muitas lembranças afloram, bem como, por vezes, emergem falas reticentes que preferem apenas indicar os caminhos onde a prostituição acontecia” (SILVA, 2010, p. 45).

São desse modo, relatos que denunciam o itinerário da prostituição, das ruas, dos lugares onde a prostituição ocorreu, atribuindo pareceres sobre estes espaços tanto numa perspectiva material, de localização, como numa perspectiva simbólica enquanto lugares que ofereciam serviços sexuais e por isso representavam “lugares de pecado”, lugares de interdito; ficando inscritos na história das ruas da cidade e marcados nas lembranças dos moradores.

O artigo *Conselheiro Mafra: a alma de uma rua chamada pecado*<sup>14</sup>, da historiadora Marilange Nonnenmacher, tem como tema central a questão da instituição de limites subjetivos, espalhados sobre a Rua Conselheiro Mafra em virtude da prática da prostituição, os quais ficaram guardados na memória de seus moradores que até hoje identificam os lugares onde a prostituição era praticada.

Segundo a autora “essas características inculcaram no imaginário social da cidade como um espaço do urbano composto por trechos considerados nocivos á boa moral e, que não deviam ser percorridos após determinados horários” (NONNENMACHER, 2010, p. 96).

---

<sup>12</sup> FAVERI, Marlene de (org.); SILVA, Janine Gomes (org.); PEDRO, Joana Maria (org.). *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

<sup>13</sup> SILVA, Janine Gomes da. Casas, esquinas e ruas do ‘pecado’: lugares de prostituição, memórias sobre um discurso caminhante. In: *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 45-62.

<sup>14</sup> NONNENMACHER, Marilange. *Conselheiro Mafra: a alma de uma rua chamada ‘pecado’*. In: *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 95-114.

Nesse sentido, a autora percebe que os transeuntes delimitavam alguns horários e locais por onde poderiam trafegar ou não; desviando-se das ruas de prostituição a fim de evitar difamações, confusões com as profissionais do sexo e, sobretudo a contaminação da “mulher honesta” com a “mulher perdida”.

Percebemos que embora esta seja uma questão interessante, a mesma não é nova; pois outros trabalhos já contemplaram tal questão da demarcação de lugares para as mulheres honestas e as prostitutas, o que nos faz ver que os estudos mesmo os recentes não avançaram muito no estudo da prostituição.

O artigo *A cidade das Camélias e as Camélias da cidade*<sup>15</sup>, de autoria da educadora Raquel Alvarenga Sena Venera, versa sobre a temática da condição e posição binária entre a “mulher do bem, a mãe pura” e a “mulher do mal, a decaída” no espaço urbano. Sobre tal concepção binária, a autora infere que, para os cidadãos:

Neste cenário urbano era perigoso misturar, em um mesmo espaço, as mulheres reservadas para o casamento – que frequentavam, em certa medida o espaço público, mas eram reservadas ao privado – e as mulheres que eram consideradas públicas, pelo exercício do prazer (VENERA, 2010, p. 118).

Nesta cisão de espaços para mulheres puras e impuras, percebe-se pela citação que a figura da prostituta é colocada pelos habitantes da cidade como um contra-ideal, aquela que deve ser evitada, impelida; de modo que a mulher honesta não seja confundida com esta figura tida como desclassificada. Entretanto, para que isto não aconteça o que está em jogo não é tão somente uma economia comportamental, mas também uma economia espacial.

Aprendemos com Michel de Certeau que os lugares não são naturais, mas ao contrário, eles podem ser estrategicamente pensados, elaborados, praticados. Neles, as pessoas deixam suas marcas, pois o espaço é animado pelo conjunto de movimentos que neles se desdobram e “é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2007, p. 202). Nesse sentido, os lugares outrora habitados pelas prostitutas se tornam espaços marcados pelas suas práticas cotidianas, pelas suas relações amorosas, conflituosas, violentas e de solidariedades, ou seja, é a sua existência física e também subjetiva que dão a forma ao espaço da rua, do beco, da esquina em que estas viveram e que hoje jazem apenas as lembranças na forma de saudosismo ou de estranheza.

---

<sup>15</sup> VENERA, Raquel Alvarenga Sena. *A Cidade das Camélias e as Camélias da cidade*. In: *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 115-132.

Temos ainda como referencial para os estudos da prostituição e sexualidades, a obra *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil* (2011)<sup>16</sup> de autoria da historiadora Mary Del Priore. Apesar de não se aprofundar na temática da prostituição, Del Priore traz considerável contribuição para compreendermos o contexto das relações afetivas das famílias e das meretrizes no período do nosso recorte temporal o qual corresponde aos anos entre 1940 e 1960.

Segundo a autora, se por um lado o início do século XX inaugura algumas mudanças culturais e sociais permitindo a entrada da mulher no mercado de trabalho, nas fábricas, no cinema, nas revistas, no esporte e na dança, além do desnudamento do corpo feminino que “apto para o prazer descobriu-se”, também impulsionado pela indústria têxtil produzindo *lingeries* e apimentando assim o campo do erotismo. Por outro, durante o Estado Novo (1937-1945), “Getúlio Vargas selou um ‘pacto moral’ com a Igreja. Esta se tornaria uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado” (DEL PRIORE, 2011, p. 121).

Em oposição a esse ideal de família cristã, havia as “mundanas” as quais Del Priore assinala que eram encaradas como sinal de problema, ao passo que as mundanas eram mulheres que faziam de tudo para atrair as atenções, eram mulheres que inquietavam médicos e higienistas preocupados em perseguir a vida ao ar livre, natural e saudável, distantes das festas e bailes, lugares frequentemente fechados e propícios a promiscuidade.

Dessa maneira, o estudo de Mary Del Priore, contribui para pensarmos essa dualidade que irrompe no século XX, que por um lado se abre a novos costumes, novas interferências culturais, mas que se fecha quando o assunto é a manutenção de antigos valores como a virgindade, o estigma às relações extraconjugais e o trânsito das meretrizes nas cidades.

Na nossa abordagem historiográfica apontamos algumas obras brasileiras que tratam do tema da prostituição, e com isso notamos que mesmo a prática da prostituição sendo um fenômeno social que se faz presente no Brasil desde a colonização, a temática ainda se encontra à margem nas produções historiográficas brasileiras, que mesmo recebendo influências da História Cultural, quase não produz, e quando produz não traz questões novas para a historiografia. Dessa maneira, a prostituição vem sendo estudada mais por sociólogos, comunicadores e educadores do que pelos próprios historiadores.

\*\*\*

---

<sup>16</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

No contexto dos estudos de gênero da Paraíba alguns trabalhos acadêmicos começam a ser produzidos a partir do final dos anos 90, cujas preocupações se voltaram para perceber o(s) lugar (es) da mulher na sociedade paraibana, abordando as temáticas do adultério, da construção identitária da mulher paraibana como mulher-macho, a atuação da mulher na imprensa, o discurso jurídico e a moralização dos costumes femininos e a prostituição<sup>17</sup>.

Ao fazermos um levantamento da historiografia paraibana sobre a temática da prostituição, observam-se as lacunas existentes nessa produção. Contam-se nos dedos os trabalhos referentes à história da prostituição nas cidades paraibanas, pois geralmente a temática é abordada como pano de fundo da modernização da Paraíba no início do século XX, ou seja, trabalhos que não tem como objetivo tratar diretamente da temática da prostituição, mas que sutilmente a ventilam, ao exemplo das teses: *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região* (2001); *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade e Cartografias* (2002) e *Imagens da cidade de Campina Grande* (2001).<sup>18</sup>

Os trabalhos acima citados são estudos preocupados em compreender as tramas nas quais os personagens do espaço urbano paraibano das primeiras décadas do século XX estavam inseridos; discutindo respectivamente, o impacto do trem no cotidiano dos cidadãos em suas práticas políticas-econômicas e culturais, a importância dos lazeres e festejos para os populares que delas participavam, e como personagens comuns como jornaleiros, operários, artistas, prostitutas, entre outros usavam os espaços da cidade de Campina Grande que se encontrava em plena reforma urbanística.

No campo de abordagem da histórica local, apenas a dissertação da historiadora Uelba Alexandre do Nascimento, intitulada *O doce Veneno da Noite: prostituição e cotidiano em*

---

<sup>17</sup> Veja os seguintes trabalhos: CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Mulheres Modernas, Mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a Moralização dos Costumes – Campina Grande 1930-1950. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 2010.

CIPRIANO, Maria do Socorro. A Adultera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, Campinas, 2002.

SILVA, Alômia Abrantes da. Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa)fios da história. Tese de doutorado em História. UFPE, Recife, 2008.

\_\_\_\_\_. As Escritas Femininas e os Femininos Inscritos: Imagens de Mulheres na Imprensa Parahybana dos anos 20. Dissertação de mestrado em História, UFPE, Recife, 2000.

SILVA, Keila Queiroz e. Entre as Normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50,60 e 70 na Paraíba. Mestrado em História, UFPE, Recife, 1999.

<sup>18</sup> ARANHA, Gervácio Batista. Trem, modernidade e imaginário na paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2001.

SOUSA, Antonio Clarindo Barbosa de. Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de doutorado em História, UFPE, Recife, 2002.

SOUSA, Fábio Gutemberg R.B de. *Cartografias e Imagens da cidade de Campina Grande* (1920-1945). Tese (Doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2001.

*Campina Grande (1930-1950)*<sup>19</sup> trata diretamente da questão. Sua análise aborda as inúmeras interpretações da prostituição presentes nas letras do músico campinense Jackson do Pandeiro, nos jornais que circulavam na Paraíba, e nos discursos jurídicos a partir da análise de uma série de processos crimes, que tentavam marginalizar e civilizar as prostitutas no espaço da cidade de Campina Grande.

A autora toma como eixo norteador os diversos casos que envolvem a violência nas relações amorosas entre as prostitutas e seus clientes, as quais não eram marcadas tão somente por vínculos comerciais, mas também pela paixão, pelo sentimento de propriedade que por sua vez tinha um ingrediente a mais: o ciúme, sentimento que no contexto do século XIX é analisado por duas escolas criminalistas: os criminalistas clássicos e os criminalistas da Escola Positivista Italiana<sup>20</sup>.

Apesar de serem várias as motivações para as práticas de violência, a autora mostra como as brigas desencadeadas no cotidiano da prostituição poderia ter como motivação uma simples pilhéria, pois “pilheriar uma pessoa é quase um chamamento para briga porque ela ganha um aspecto de provocação. A pilhéria no mundo da prostituição ganha aspectos mais fortes, porque ela vai muito mais além da provocação, ela beira à agressão moral” (NASCIMENTO, 2008, p. 172-173). Assim sendo, a pilhéria era mais um elemento motivador de grande parte das brigas e da exaltação dos ânimos, seja dentro da zona de meretrício ou mesmo na rua com demais transeuntes, como as moças de família ou esposas com quem são frequentes essas relações de insultos.

A autora contribui, dessa maneira, para pensarmos esse universo fluído e de sentimentos complexos que envolvem a prostituição, a qual é, a priori, um envolvimento íntimo que se dá por meio de um trato comercial, mas que não está salvo de outros sentimentos como a paixão, o sentimento de posse e o ciúme.

Assim, embora existam poucas produções sobre a temática da prostituição nas cidades paraibanas, buscamos a partir dos trabalhos existentes, cartografar os espaços dos cabarés, das casas, ruas e becos de Ingá-PB que abrigaram a prática da prostituição, descortinando assim

---

<sup>19</sup> NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

<sup>20</sup> Os criminalistas clássicos acreditam que mesmo imbuído da mais violenta paixão, o indivíduo é capaz de discernir entre o bem e o mal; enquanto os criminalistas da Escola Positivista Italiana, liderados pelo criminalista Cesare Lombroso, afirmam que o ciúme pode anular o discernimento do indivíduo levando-o a cometer um crime. Assim, o ciúme seria um perigoso ingrediente para o desencadeamento de brigas e confusões. Veja mais em: *As relações amorosas no meretrício*. In: *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

esses espaços complexo de sentimentos, de solidariedades, de violência, de negociações e de códigos comportamentais que nos dizem muito sobre o contexto sócio-cultural da sociedade ingaense das décadas de 40, 50 e 60; mas, que não se reduz a esta, pois está inserida numa rede muito maior de negociações entre as cidades que movimentam o comércio da prostituição entre si.

## **CAPÍTULO II: Cartografias dos Desejos: a Cidade de Ingá- PB nas Primeiras Décadas do Século XX**

Em dias da década de 1940, um geógrafo gaúcho de nome Lodário, aportou à cidade de Ingá, no agreste paraibano. Saiu às ruas da cidade, incumbido de uma missão muito importante, a qual não podia ser desempenhada por qualquer pessoa, ela exigia conhecimento do local, sensibilidade para perceber características visíveis e invisíveis do espaço, Lodário foi designado para nomear as ruas do Ingá, delimitando-as e atribuindo nomes de personalidades políticas falecidas, de ex-moradores locais, mas também de pessoas bem vivas, que desempenhavam determinadas funções na sociedade ingaense.

Sobre essa missão D. Miriam Lira, senhora octogenária muito conhecedora da história do Ingá, nos conta que:

Terminava ali a Rua Siqueira Campos e começava a Rua do Tijolo Cru, aí no meio da rua era uma ruazinha atravessada sem pegar em canto nenhum, de esquina, era tanta casa, umas casinhas tudo pegadinha na outra como um conjuntinho, aí um geógrafo veio pra aqui, bem uns três, aí começou a botar os nomes das ruas, aí viu aquela ruazinha só de mulheres, aquelas seis casas ou sete, que eu acho que era, aí botou o nome, uma placa: Rua do Pecado, que lá era uma rua de mulheres da vida. (LIRA, 2013).

Eis um dos nomes atribuídos a uma das ruas do Ingá: Rua do Pecado, rua só de mulheres, de “mulheres da vida”, conjunto de seis casinhas conjugadas, no meio de uma ruazinha atravessada no Tijolo Cru. Assim, D. Miriam Lira cartografa para nós esse território dos desejos ingaense, espaço onde mulheres comercializavam seus corpos, homens saciavam seus desejos mais promíscuos, espaço atemorizado pelas mulheres casadas e moças de família.

Como a Rua do Pecado, tantas outras ruas foram nomeadas por Lodário, tarefa esta que exige não só uma série de levantamentos geográficos e históricos da cidade, mas, é algo que invoca a instituição e demarcação de lugares sociais, os quais são envolvidos por interesses econômicos e sociais diversos. Então, nos perguntamos por que Lodário<sup>21</sup> veio nomear as ruas do Ingá?

Refletindo sobre as mudanças ocorridas com o processo de urbanização em Campina Grande e João Pessoa, o historiador Fábio Gutemberg de Sousa (2001), chama-nos atenção

---

<sup>21</sup> Lodário foi um geógrafo vindo do Rio Grande do Sul, designado para nomear as ruas da cidade Ingá-PB, entretanto sobre este, poucas informações nos chegam, apenas seu nome incompleto e seu objetivo.

para a preocupação dos prefeitos das cidades, desde a proclamação da República em mudar os nomes das ruas das cidades brasileiras. Sobre isto, o referido autor nos diz que:

A empreitada do prefeito pessoense Fernando Nóbrega não era pioneira. Em outras cidades brasileiras a questão já havia sido tratada; cerca de cinco anos antes do envolvimento do historiador Celso Mariz na querela, em Campina Grande, um “movimento” na mesma direção tomara a atenção de parte da rápida gestão do prefeito Antônio Pereira Diniz. (SOUSA, 2001, P. 19-20).

A empreitada a qual Sousa se refere é a mudança dos nomes das ruas pela qual tanto João Pessoa como Campina Grande passaram a partir de meados dos anos 20/30, e que suscitaram inúmeras querelas entre alguns setores sociais, como o proprietário Major Jovino do Ó que se sentiu insatisfeito com a nomeação de uma rua que recebeu seu nome, pois “nela se concentrava parte dos prostíbulos da cidade até o início da década de 30 e, por isso, era denominada popularmente de Rua do Rói Couro” (SOUSA, 2001, p. 22-23). Entretanto, assinala Sousa (2001), que a mudança do nome da Rua do Rói Couro fazia parte de um projeto de retirada dos cabarés, higienização e saneamento da área.

Nesse sentido, podemos perceber que o projeto de nomeação das ruas fazia parte de um propósito mais amplo que vem desde a Proclamação da República, chegando ao Estado da Paraíba, em cidades como Campina Grande, João Pessoa, e certamente em tantas outras, a exemplo do Ingá. Desse modo, nos perguntamos: que interesses e desejos organizavam a sociedade de Ingá nesse contexto das primeiras décadas do século XX, fazendo com que nomes de ruas fossem mudados? O que nos resta, portanto, é tentar fazer uma cartografia desses desejos.

No início do século XX, a Vila do Ingá, tornou-se conhecida e teve projeção no contexto econômico paraibano, por sua produção algodoeira que a fez ocupar a posição de segundo maior produtor de algodão da Paraíba, ficando atrás apenas da cidade de Patos.

No ano de 1932 utilizando-se de técnicas agrícolas “sofisticadas” para a época<sup>22</sup>, o Ingá vive um período de ouro, proporcionado pela produção do ouro branco (como o algodão ficou conhecido); sendo considerado o produtor das melhores sementes de todo o Estado, contanto inclusive com um campo de demonstração do governo que distribuía sementes selecionadas para os agricultores das demais regiões.

Como em cidades como Campina Grande, Alagoa Grande, Cabedelo, Cajazeiras e Patos, em 1936 foi instalada no Ingá, a empresa Anderson Clayton, a qual comprava o

---

<sup>22</sup> No ano de 1932 são instaladas 26 descaroçadeiras e 19 bolandeiras capazes de produzir 190 fardos de algodão em 10 horas de trabalho.

algodão dos produtores e com seu maquinário moderno o beneficiava, exportando algodão de alta qualidade para os portos do Rio de Janeiro, Santos, Hamburgo, Liverpool e Bremen.

Assim, segundo a historiadora Rossana Sorrentino (1993), “da segunda metade da década de 30 até o início dos anos 40, o Ingá atingiu um alto índice de produtividade algodoeira, possuindo um mercado externo garantido” (SORRENTINO, 1993, p. 51). Com essa grande produtividade, o Ingá atraiu imigrantes de várias partes do Estado da Paraíba e até do Estado de Pernambuco que seduzidos pelo brilho do ouro branco vinham morar no Ingá com a perspectiva de trabalhar nas lavouras de algodão e melhorar suas condições de vida, exemplo desse fluxo migratório é o povoado de Chã dos Pereira, constituído a partir da migração de três famílias vindas de Santa Luzia-PB para trabalhar nas lavouras algodoeiras do Ingá.

Desse modo, com ares de cidade moderna, referência em tecnologia, em inovação agrícola e economicamente próspera, no ano de 1938 o Ingá que ainda era vila, é elevada à categoria de cidade.

Elevada à categoria de cidade, e próspera economicamente, a vida cultural da cidade e a educação também ganhou dinamismo e movimentação, com o romper do século XX e o progresso da produção algodoeira. Assim, atenta à necessidade de uma educação formal, em 1926 é fundada na cidade, a Escola Reunida, a qual segundo Ferreira (2012) recebeu esse nome “por reunir no mesmo prédio, alunos do sexo masculino e do sexo feminino (fato incomum para a época)” (FERREIRA, 2012, p. 75).

A Escola Reunida era dividida em duas alas, de acordo com o gênero, existia a ala para as meninas e a ala para os meninos. A referida escola, além de ensinar as primeiras letras, o aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo para todos os alunos, educava as meninas para as prendas do lar, com o aprendizado de bordados, costuras e regras de conduta que as preparava para o lar e para o casamento, enquanto aos meninos, eram ensinadas atividades voltadas para o mundo do trabalho, como as noções de marcenaria e carpintaria. Dessa maneira, a Escola Reunida, hoje conhecida por Grupo Velho, mas cujo nome oficial é Escola Cândida Amélia, teve grande um importante papel para a construção e difusão de normas comportamentais na sociedade de Ingá a partir dos anos 20.

Já em 1927 é inaugurado o único cinema do Ingá, o cinema São José; com sessões aos finais de semana; distraía a sociedade ingaense que certamente se encantava ao ver a união do som e da imagem em movimento. De acordo com Ferreira (2012), embora não cite quais eram os filmes exibidos, vagamente nos diz que “os filmes mostravam enredos e tramas de uma terra distante, onde a violência e o poder da arma ditavam regras”. (FERREIRA, 2012, p. 85).

Nesse período, já nos anos 30, é criada a Banda de Música 31 de Março, a qual animava os ingaenses, tocando em festas, solenidades, apresentando-se geralmente na praça com suas retretas, e nas festividades da Igreja, sobretudo na Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro, atraindo pessoas de toda a redondeza, que vinham assistir às missas, e os jovens que aproveitavam para se encontrar, conversar, *flertar* e dar seus primeiros beijos escondidos, burlando a vigilância de seus pais, e unindo o sagrado ao profano.

Culturalmente agitado para os padrões citadinos da época, atraindo olhares de diversas pessoas, de localidades distintas e contando com uma estação de trem (inaugurada em 1909), ligando Itabaiana, Ingá e Campina Grande, facilitando o transporte não só do algodão como também de pessoas, os ingaenses adotaram novos hábitos; foram tomados por novos ritmos no seu dia a dia, introduzindo em seu cotidiano os símbolos da modernidade, como o historiador ingaense Alexandre Ferreira nos informa:

O luxo e a ostentação tornaram-se parte integrante da vida da elite agrária ingaense fato este que era percebido na decoração dos casarões, nos móveis e nos utensílios domésticos como objetos de porcelana chinesa, vasos de prata, pianos (mesmo o proprietário não sabendo tocar) e taças e objetos de cristais. (FERREIRA, 2012, p. 101).

Desse modo, percebemos que a sociedade ingaense do início do século XX mudou seus hábitos, decorações e utensílios de suas casas que receberam tons e apetrechos mais requintados. Mas, assim como as decorações e utensílios, o estilo de vestir-se também sofreu alterações, sobretudo da elite, que estimulada pelos rendimentos do algodão passou a consumir a moda europeia, principalmente a moda inglesa e francesa que passou a vestir mulheres e homens ingaenses, surgindo assim ateliês e alfaiatarias para atender às novas demandas estéticas da sociedade deslumbrada com as revistas inglesas e parisienses que muitas vezes ditavam uma moda inadequada para o clima brasileiro, mas que eram copiadas e ostentadas.

Assim, desde as informações de moda com as revistas, os jornais diários<sup>23</sup>, as correspondências que chegavam em ritmo mais acelerado se comparado ao transporte feito pela tração animal, o trem trazia também para o cotidiano da cidade de Ingá outros personagens seduzidos pelo fulgor do progresso econômico ingaense, como o geógrafo gaúcho Lodário e as prostitutas, estas vinham de várias cidades próximas como Itabaiana, Campina Grande, além de Goiana-PE.

---

<sup>23</sup> Dentre alguns dos jornais que circulavam na Paraíba, nessa época, podemos citar: *A Imprensa*, *A Notícia*, *A Parahyba*, *A União*, *Correio da Manhã*, *Correio da Tarde*, *Correio de Campina*, *O Campina Grande* e *O Município*.

O geógrafo Lodário vem ao Ingá demarcar, estabelecer fronteiras de convivência e de identidades através da nomeação das ruas da cidade de Ingá, refletindo o desejo da elite ingaense de se inserir na rota das cidades “civilizadas”, higienizada e bem demarcada espacialmente. Entretanto, vivendo na fronteira e na linha tênue que separa os ricos e os pobres na cidade, estão as prostitutas moradoras de uma rua que Lodário tratou de nomear como Rua do Pecado. E com isso, nos inquietando e fazendo com que nos perguntemos: por que Rua do Pecado?

Acreditamos que tal questionamento merece um olhar atento para o contexto paraibano da primeira metade do século XX. Sabendo que Lodário era gaúcho e estava de passagem na Paraíba, acreditamos que tal nomeação de “Rua do Pecado” pode ter sido produzida partindo de compreensões e indicações da própria sociedade ingaense das quais ele se apropriou.

### **1.0 Situando o Ingá-PB no Contexto Paraibano**

Milenarmente permeada pela noção de pecado, e ferrenha combatente dos prazeres da carne, a Igreja Católica, na década de 30, realiza em João Pessoa, a Segunda Reunião Episcopal da Província da Parahyba do Norte, na qual padres de diversas cidades participaram, entre eles o pároco de Ingá-PB, Pe Luiz Gonzaga de Araújo, onde foram elaboradas um conjunto de vinte e três resoluções, as quais foram determinadas que fossem transcritas no Livro de Tombo<sup>24</sup> da Paróquia. Tais resoluções levavam em conta o contexto de modernização pelo qual a Paraíba passava, assim é interessante para nós destacar a 3ª Resolução que diz:

A sociedade moderna está mortalmente ferida por três chagas terríveis: a falta da verdadeira fé, o egoísmo e uma sede insaciável de prazeres. A esses três males sociais, nós devemos opor: 1) o Conhecimento da pessoa divina de Nosso Senhor Jesus Christo (sic) fonte perene da fé; 2) o Amor infinito ao seu Divino Coração sacrificando-se por todos; 3) A Paixão do Salvador sofrendo (sic) e morrendo pelos homens gastos pela volúpia e amor as riquezas. (3ª Resolução da Segunda Reunião Episcopal da Província Eclesiástica da Parahyba do Norte, Livro de Tombo, fls. 26).

---

<sup>24</sup> O Livro de Tombo é um livro enumerado, no qual os Padres registram todos os acontecimentos significativos da vida da Paróquia, como as Festas da Padroeira, as construções e reformas das Igrejas e Capelas, as reuniões, a quantidade de sacramentos realizados durante o ano, as mudanças de membros dos Conselhos, as ações e preocupações do pároco com a vida espiritual dos fiéis e da comunidade em geral. Além dos Padres, os Bispos também escrevem no Livro de Tombo registrando suas Visitas Pastorais na Paróquia. O Livro de Tombo N° 2 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Ingá-PB, foi aberto no dia 02 de novembro de 1908 e registra acontecimentos da Paróquia de Ingá desde o ano de 1908 até os dias atuais.

Percebemos pela citação, que os líderes religiosos da Igreja Católica da Paraíba, a exemplo do Bispo Dom Moisés Coelho, estavam bastante preocupados com a condição de pecado da sociedade paraibana, que se encontrava ferida pela falta da verdadeira fé, pelo egoísmo e pela sede insaciável de prazeres, para os quais a Igreja Católica teria como remédio o conhecimento de Jesus Cristo, o amor infinito ao seu divino coração e a sua paixão na cruz se entregando para ser morto para a redenção dos pecados dos homens e mulheres tomados pelos desejos mundanos. Em retribuição para tal ato redentor, homens e mulheres deveriam demonstrar bom comportamento, seguindo os preceitos cristãos e exercendo os sacramentos da fé católica, sobretudo o matrimônio legal, tido como única forma de manter a saúde moral e física da família e a estabilidade da ordem social.

Nesse sentido, homens e mulheres deveriam recompensar o sacrifício do Cristo, fugindo dos prazeres da carne, da volúpia e do amor às riquezas que mantem o espírito prisioneiro do corpo, impedindo-o de se elevar a direção do Cristo.

Mas, por que tanta preocupação fazendo com que o clero paraibano se reúna em João Pessoa, elabore vinte e três resoluções e as transcreva obrigatoriamente no Livro de Tombo da Paróquia? O que estaria provocando toda essa mobilização? Por que a sociedade paraibana estava tão chagada?

Na passagem do século XIX ao XX, entre 1814 e 1910, ocorre a implantação da Diocese da Paraíba, a qual é marcada pelo estabelecimento de uma nova organização, que até então era incipiente, já que a Paraíba pertencia a Diocese de Pernambuco. Dessa maneira, a religiosidade local passará por significativas transformações em virtude deste processo de desenvolvimento da atividade episcopal propriamente no Estado e devido a mais forte presença da Santa Sé durante a chamada Romanização do território paraibano. À frente dessa transformação estava o Bispo D. Aducto Aurélio de Miranda Henriques<sup>25</sup>, o qual instituiu Reuniões Episcopais, criou seminários e colégios confessionais, de maneira que tais transformações se disseminassem pela Paraíba.

Sobre tais estratégias de romanização e reorganização da fé Católica, Dias (2011) afirma: “na medida em que a ortodoxia romana se consolidava, a ação da Igreja se tornava mais clerical e menos popular. Houve, no Brasil e na Paraíba, ações da hierarquia da Igreja

---

<sup>25</sup> Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques foi o primeiro arcebispo metropolitano da Paraíba, a partir de julho de 1914. Dirigiu a arquidiocese com pulso firme, gerando polêmicas.

com o propósito de reduzir a liberdade das expressões populares da religião”. (DIAS, 2001, p. 1)<sup>26</sup>.

Desse modo torna-se perceptível uma importante mudança na organização administrativa e hierárquica da Igreja Católica da Paraíba, que pretendia reduzir algumas expressões religiosas populares, que passaram a ser vistas como expressões de fanatismo, e por isso não era condizente com a verdadeira fé Católica, além disso, pretendia reduzir o relaxamento dos costumes católicos, provocados pelo urbanismo e industrialização da sociedade. Assim, tais mudanças e resoluções clericais traziam implicações diretas no modo de viver das cidades paraibanas que nesse momento estavam deslumbradas com o progresso econômico e com a urbanização, e por isso, suscitavam inúmeras preocupações.

Na Paraíba, e no Ingá, o início do século XX era um período áureo, tudo chegava pela primeira vez, as ruas e praças da cidade se iluminavam com a chegada da energia elétrica possibilitando alguma vida noturna, além da chegada do trem que trazia jornais e revistas, com informações de moda e também de pornografia nas revistas específicas para o público masculino.

Sobre a chegada do trem, nas cidades da Paraíba e o seu impacto na vida dos cidadãos, Aranha (2001) nos informa que:

Lugar de espetáculo ou atraente passeio público para uns, ambiente transformado em meio de vida para outros, as estações de trem se constituem enquanto espaços simbólicos onde por onde transitam, cotidianamente multidões, anônimas, que apressadas, seguem seus destinos nos trens do horário. E com uma particularidade: independente do porte da estação ou da densidade da multidão em números absolutos, o fenômeno é visível em todas as localidades. Nas pequenas comunidades, então, essa por sua condição de único elo de ligação com o mundo exterior, seja ainda por sua condição de espaço que dá vida á localidade em termos de lazer, nas atividades econômicas, etc. (ARANHA, 2001, p. 398).

Desse modo, a chegada do trem possibilitava aos moradores das cidades, novos ritmos, novas formas de viver, mais socializadas, com outras influencias, além de proporcionar o contato com outros grupos sociais que vinham nos vagões trazendo suas formas de viver diferenciadas; assim, o trem acabava redimensionando os espaços de sociabilidades que se deslocavam do marasmo do lar, para as estações de trem com sua presença ruidosa e o barulho do apito da maria-fumaça.

---

<sup>26</sup> Sobre o processo de Romanização da Igreja Católica da Paraíba, veja: DIAS, Roberto Barros. *As Estratégias Romanizadoras na Paraíba Católica Tradicional* - As Irmandades, a Festa das Neves e o Juazeiro do Pe. Cícero. **Anais eletrônicos...** São Paulo: XXVI Simpósio Nacional de História, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300646598\\_ARQUIVO\\_AsEstrategiasRomanizadorasnaParaibaCatolicaTradicionaleste.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300646598_ARQUIVO_AsEstrategiasRomanizadorasnaParaibaCatolicaTradicionaleste.pdf)>. Acesso em: 02/02/2014.

Mas, ao mesmo tempo que a modernidade abria as portas da cidade para o mundo, para as novas opções de prazeres, a Igreja Católica num movimento inverso demonstra sua preocupação com pessoas que viviam em uniões instáveis, em situação de amasiamento, conforme demonstra o Bispo D. Joaquim de Almeida, no mês de novembro de 1929, que em visita pastoral ao Ingá, registra no Livro de Tombo da Paróquia de Ingá: “o resultado do trabalho foi o seguinte: comunhões de homens-468; de mulheres-1225; total-1293; crisma de homens-635; de mulheres-1010; total-1645; casamento de amasiados-48; batizados-9”. (Livro de tomo, 29 de novembro de 1929, fls.24).

Dentre os sete sacramentos Católicos, o matrimônio sem dúvidas, é o que reflete toda uma preocupação social da Igreja Católica que enxerga nesse sacramento um remédio de Deus contra a imprudência humana na busca por prazeres. Por isso, ao fazer visitas pastorais nas cidades os Bispos, a exemplo de D. Joaquim de Almeida que visita Ingá no ano de 1929, sempre se preocupam em contabilizar e enfatizar as ações para extinguir as situações de amasiamento. Ora, sabemos que a legalização dos casamentos era tanto de interesse da Igreja como do Estado, sobretudo a partir do período do Estado Novo (1937-1945), o qual segundo Del Priore (2011) “selou um ‘pacto moral’ com a Igreja. Esta se tornando uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado” (DEL PRIORE, 2008, p. 121)

Tais preocupações com o bem estar das famílias e a vida conjugal no contexto da modernização nas primeiras décadas do século XX, também são compartilhadas pela imprensa paraibana, ao passo que no Jornal A União<sup>27</sup>, encontramos um artigo assinado por João Lyra Filho<sup>28</sup>, intitulado *O amor e a família*, onde são invocados alguns hábitos que a sociedade nutria anteriormente, mas que se desintegraram com a agitação da vida urbana, conforme podemos perceber no seguinte fragmento:

A casa era um viveiro de almas, sacudidas no doce convívio sentimental das famílias, para regalo da mulher e o triunfo do marido. “Vá jantar conosco”, “vá ouvir nosso piano”, o “nosso violão”; “vamos improvisar, lá em casa, um assustado, *cotillons (sic)*, prendas”; “vá comer uns doces que a minha mulher preparou, ver os bordados que faz, os bonecos que pintou para a nossa sala de visitas, ouvir recitativos”; vá conversar um pouco lá em casa, leve sua mulher”; leve as meninas”; “vá tomar um chá conosco...” (LYRA FILHO, Jornal A União, quarta-feira, 10 de janeiro de 1940).

<sup>27</sup> O Jornal A União era um jornal de tiragem diária, fundado no ano de 1957, fazia circular informações em diversas cidades paraibanas, trazendo notícias policiais, artigos sobre cultura, economia, política, saúde, esporte, lazer e análises da sociedade paraibana da época. Tendo encerrado suas atividades em fevereiro de 2012.

<sup>28</sup> João Lyra Filho foi o primeiro sucessor do fundador da Academia Paraibana de Letras, Alcides Vieira Carneiro, ocupando a cadeira de nº 34 na Academia Paraibana de Letras. Disponível em: <[http://www.aplpb.com.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=90&Itemid=597](http://www.aplpb.com.br/index.php?option=com_content&view=category&id=90&Itemid=597)>. Acesso em 20/02/2013.

Assim, envolvendo o lar com toda uma áurea celeste e introduzindo falas do cotidiano que expressam toda uma harmonia na qual a mulher dedicada às prendas domésticas, a confecção de doces e bordados é o orgulho do marido que faz questão de convidar vizinhos e amigos para ouvi-la recitar poesias, tocar o piano e assim exhibir seu modelo de vida burguês e patriarcal, João Lyra Filho introduz seu artigo no jornal A União para falar da mudança de hábitos da família, segundo o qual a vida do lar é invadida pela vida social.

De acordo com o artigo, tais detalhes da vida doméstica deixaram de existir, pois, “hoje a visita é feita pelo telefone e quando se realiza de corpo presente é uma maçada para quem recebe”, as visitas, as conversas demoradas o compartilhamento dos quitutes feitos pelas mulheres, os momentos de descontração na intimidade do lar passou, agora os homens voltam para as casas para descansar da sua vida social e não para viver os momentos conjugais.

Segundo João Lyra Filho, a agitação das ruas, com suas inúmeras opções de lazer e de distração, como cinemas e teatros deslocaram as reuniões familiares que anteriormente eram feitas no aconchego do lar para a rua, fazendo com que a vida conjugal passe a ser vivida na rua, como podemos observar no seguinte excerto:

A ausência de traços próprios na vida do lar, o feerismo (sic) da civilização, os cartazes, as vitrines, os anúncios luminosos, as *toilettes* (sic) caras e os perfumes bizarros que se espalham, nos pontos da aristocracia, os cinemas e teatros, os bailes, tudo arrasta para a rua a vida conjugal e a casa toda são cinco metros quadrados, no meio da qual se arma uma cama, uma lâmpada de cabeceira, um vidro de remédios e se espalham jornais e pontas de cigarro. (LYRA FILHO, Jornal a União, quarta-feira, 10 de janeiro de 1940).

Portanto, se antes o círculo das relações se fechava no ambiente tranquilo do lar e na relação entres pais, filhos e vizinhos, agora com a vida agitada e culturalmente diversa com outras opções de lazer como cassinos cinema, teatros e bailes; a vida dos casais e das famílias desliza para outros espaços, para os espaços públicos de sociabilidades.

Nesse movimento de constituição de espaços de sociabilidades, o Ingá, no dia 22 de janeiro de 1949 representado pela elite ingaense, que há muito tempo ansiava por um espaço onde pudessem fazer suas festas e eventos sociais cria o Clube União Cultural Ingaense, um espaço separado do restante da população que não compartilhava de seu poder aquisitivo, pois segundo Ferreira (2012),

Apenas os ricos que faziam parte da sociedade que frequentava o clube poderiam usufruir das atividades recreativas que eram oferecidas neste ambiente, tais como: conferências literárias, jogos de salão, partidas esportivas, torneio e apresentação de bandas marciais e toda espécie de divertimento que tinha como base a moral e os bons costumes. (FERREIRA, 2012, p. 176-177).

Notamos pela citação, que o Clube União Cultural Ingaense atuou como um muro divisor entre as diversões para os menos favorecidos economicamente e a elite local que se divertia “civilizadamente”, no espaço que fora construído para tal finalidade. Os carnavais que eram festejados nas ruas passaram a ser realizados dentro do Clube, onde homens e mulheres da elite aproveitavam para exibir suas luxuosas fantasias, longe do restante da população que se divertia nas ruas com seus blocos carnavalescos e fantasias improvisadas.

Mas, o que nos perguntamos é: será que todos obedeciam a essa separação? Será que as pessoas que não eram sócias e não pertenciam à elite também não arranjavam um meio de se infiltrar nessas festas? Será que as meretrizes de Ingá acompanhadas de seus clientes da elite também não se infiltravam nesse local? Cremos ser bem possível, haja vista a empolgação com o baile e, sobretudo a ajuda das fantasias que certamente atuavam como um bom disfarce.

Dessa maneira, percebemos que o Ingá nos anos 40 passa por um processo de disciplinarização dos corpos, de demarcação de espaços por onde ricos e pobres devem passar e habitar, exemplo disso é a hierarquização e a divisão da cidade entre o lado “rico” (Centro) e o lado “pobre” (Rua Aberta, Emboca) que se instaura nesse período dos anos 40, sobre tal separação, Ferreira (2012) chama-nos atenção, afirmando que,

[...] a parte “pobre” da cidade tinha o seu time de futebol (América) e era apadroadado por São Sebastião. O lado “rico” torcia pelo Industrial esporte Clube e frequentava a sua sede e tinha como padroeira Nossa Senhora da Conceição, protetora de todo o município. (FERREIRA, 2012, p. 58).

Nesse sentido, o crescimento econômico pelo qual Ingá passava trouxe avanços para a cidade, com a construção de algumas edificações como o Clube, mas também aprofundou as desigualdades sociais, sobretudo entre os agricultores que eram a maioria da população, e a classe produtora de algodão que passou a construir para si uma cidade a parte, separada dos pobres tanto religiosamente como culturalmente. O que não significa que os menos favorecidos também não reagiram a essa divisão, pois estes construíram também seus próprios espaços de lazer e diversão, a exemplo da construção do América Futebol Clube, da Igreja de São Sebastião, além dos cabarés de Santa e China que se situavam nessa região e atraíam não só as camadas pobres dessa região, mas, a camada rica também que vinham se divertir com os pobres que eles próprios renegavam.

No ano de 1941 é construída no Ingá outra importante edificação, que reflete uma preocupação com a situação da saúde de seus habitantes, assim a Prefeitura cria o primeiro

Posto de Saúde da cidade de Ingá, na gestão do prefeito Antônio Nunes de Farias Júnior<sup>29</sup>. Embora Rossana Sorretino (1993), nos informe que para a construção do posto de saúde “não houve qualquer intervenção ou ajuda do Estado” (SORRENTINO, 1993, p. 52), acreditamos que esta construção tenha pelo menos sofrido influencia da movimentação que se cria no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940) no sentido de resolver alguns problemas da saúde pública do Estado da Paraíba, como podemos observar no seguinte excerto do Jornal A União:

Logo que assumiu o Governo do Estado em 1935, interessou-se o interventor Argemiro de Figueiredo por uma completa reforma e aperfeiçoamento de todos os serviços de saúde pública do Estado, convidando para dirigir a diretoria geral do Estado de Saúde Pública o ilustre sanitarista dr. Otávio de Oliveira. (Os problemas de Saúde no atual Governo. Jornal A União, quarta-feira, 25 de janeiro de 1940).

Desse modo, com auxílio de sanitaristas, o governador Argemiro de Figueiredo implementou diversas medidas de saúde na Paraíba, as quais são destacadas ao longo da reportagem do Jornal A União, como sendo a criação do Serviço de Higiene de Crianças, o Serviço de Enfermagens, o Laboratório de Saúde Pública, A construção do Centro de Saúde de Campina Grande, o Laboratório Bromatológico e o Dispensário Noturno Anti-Venéreo, destinado ao tratamento e profilaxia das doenças venéreas como a Sífilis, doença associada a depravação, à doença moral e ao comércio do corpo, ou seja a prostituição, que desde o século XIX preocupa médicos e higienistas por entenderem que a prostituição “é o principal meio de produção e difusão das moléstias venéreas” (ENGEL, 2004, p. 66) .

Nesse sentido, acreditamos que a preocupação com a saúde da população de Ingá, e a criação do Posto Médico tenha sofrido influencias da política de reestruturação da saúde pública implementada durante o governo de Argemiro de Figueiredo, que por extensão também refletia uma preocupação comum ao Governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945), que era de zelar pela saúde e bem estar das famílias que por sua vez garantia a estabilidade da nação brasileira.

Mas, o bem estar da família estava ligado ao combate de alguns ditos entraves da sociedade, como prostituição, concebida por médicos e higienistas da época como vetor da sífilis cujos efeitos comprometiam a geração de crianças que podiam nascer doentes e as esposas virtuosas que poderiam se contagiar com tal moléstia. Assim, a prostituição, é varrida para as margens das cidades, para os bairros mais pobres e lugares escondidos como em Ingá, onde a prostituição se da por trás de um matadouro, perto de uma ponte afastada do centro e

---

<sup>29</sup> A família Farias era uma família muito influente no Ingá, pois era proprietária de grandes extensões de Terra da cidade, tendo um bairro que até hoje se chama Jardim Farias.

dentro de um cultivo de agave. São estes os lugares marginais onde os cabarés se fazem presente e que são cartografados no próximo tópico.

### 1.1 Os Espaços de Prostituição de Ingá-PB

Vozes que ecoam histórias às vezes fragmentadas, reticentes, estereotipadas, porém cheias de vida, são assim as lembranças dos velhos moradores da cidade de Ingá que nos contam as histórias dos locais de prostituição do Ingá; são falas de quem viveu e sofreu nessa cidade, são lembranças que se prendem a pessoas, a lugares e a regras de conduta e que enunciam em tons de saudosismo ou de estranheza os lugares de prostituição na cidade de Ingá.

Dessa maneira, compreendendo os espaços como sendo constituídos pelas práticas cotidianas dos sujeitos e estes como enunciadores dessas práticas nos propomos a partir das memórias de alguns moradores de Ingá, cartografar as ruas por onde a prostituição se fez presente, localizando os cabarés de Santa, China e Bicin existentes entre as décadas de 1940 e 1960.

Tendo vindo da cidade de Gurinhém-PB para morar em Ingá no ano de 1940, com oito anos de idade, o Sr. José Francisco Gomes, mais conhecido como Zé de Félix, hoje com 81 anos de idade conta-nos um pouco da história do Cabaré de Santa; Santa era como era conhecida a cafetina Aurelina Maria da Conceição.

Segundo o Sr. José Gomes o cabaré funcionou durante a década de 40. Revirando sua memória sobre o expediente do Cabaré de Santa ele nos diz que “funcionava à noite, o dia mais agitado era sexta sábado e domingo então na sexta feira o tocador era um tio meu, irmão de minha mãe, [...] lá só tinha mesmo meu tio Eufrásio, tocava no cabaré de noite e de dia tocava ali no cassino, nesse tempo havia muito jogo”. (GOMES, 2014).

Percebe-se pela fala do Sr. José Gomes que o Cabaré de Santa oferecia músicas ao vivo, tocadas pelo tio do nosso entrevistado, o Sr. Eufrásio, animando assim os clientes com as modas musicais dos anos 40, mas, segundo o Sr. José Gomes, para dançar com as mulheres era cobrada uma taxa de 5 mil reis, enquanto para manter relações sexuais era cobrado 20 mil réis, os preços eram tabelados e combinados pela cafetina Santa.

Quanto a localização do cabaré de Santa, este ficava por trás do mercado público de Ingá, na Rua do Rosário. Os dias de maior movimentação eram a sexta, sábado e domingo,

sobretudo a sexta que tinha tocador, e o sábado que era dia de feira, atraindo homens de toda a vizinhança como Serra Redonda, Cachoeira de Cebolas (Itatuba) e Mogeiro, além dos sítios pertencentes a Ingá.

Desse modo, o Cabaré de Santa ocupava um lugar estratégico, pois, a feira era a “porta de entrada” da cidade, onde uma gama de atividades comerciais se davam, onde haviam tantos outros estabelecimentos que empregavam pessoas e que adensavam movimentação local, provocando um clima festivo e propício as atividades consideradas “profanas”. Assim, estrategicamente Santa garantia rentabilidade para o seu estabelecimento.

Quanto a estrutura do Cabaré de Santa, os quartos e os salão onde homens e mulheres dançavam e mantinha suas relações sexuais. Nosso entrevistado nos informa que era muito simples, pois,

Era uma carreira de casa como essas, seis casas tudo pegada, e detrás o curral de matar gado, era um casa que tinha muitos quartos, era muitos quartos, então tinha um salão, cada uma quando terminava o baile ia dormir tudinho, se acalma quando o povo ia embora. A senhora sabe que mulher errada cada uma que tinha seu quarto, elas dançava a noite toda, tinha um delegado aqui que as mulher pra fazer um baile ou qualquer coisa tinha que pedir ao delegado, aí o delegado dizia, olhe dona fulana tá certo, pode brincarem pode dançarem até o amanhecer do dia, mas a dona, a chefe lá das mulher dizia a gente só pode brincar até as onze horas, as mulher brincava, quando se acabava meu tio ia embora para casa e as mulher ia. (GOMES, 2014).

Percebemos a partir do relato do Sr. José Gomes e de suas suavizações linguísticas para falar do sexo, quando diz “pode brincarem e dançarem” que o cabaré de Santa assumia ares de baixo meretrício, pois era um conjuntinho de casas com muitos quartos próprios para as “mulheres erradas” e clientes manterem suas relações sexuais, com um salão onde se negociava a noitada; onde homens e mulheres proseavam, e possivelmente trocavam seus segredos de alcova ao som da sanfona do tocador Eufrásio. Mas, que também estava sempre sob a vigilância da polícia, do delegado que deveria autorizar os bailes para que estes pudessem ser realizados, os quais poderiam durar até o dia amanhecer, mas, Santa não permitia que passasse das onze horas, o que nos faz perceber que a zona de meretrício não era tão desregrada como se costuma acreditar.

O Cabaré de Bicin, tendo funcionado na década de 50, conta-nos o senhor José Gomes que era na Rua Virgolino de Sousa Campos, onde hoje é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ingá, vejamos:

Lá em cima onde é a rua, dentro do agave, dentro de um partido de agave aí em cima na rua do sindicato, era dentro do agave, era ali pronto onde é o sindicato, era agave só, só. Ai tinha uma casa, tinha muita mulher misturada com moça, tinha moça também daqui do Ingá, [...] era uma casa de taipa arrodado de agave então eu ia olhar esse também. (GOMES, 2014).

De propriedade do Sr. Bicin, o cabaré localizado na rua que hoje é uma das principais ruas do Ingá, assumia um aspecto de desolação, sendo uma casinha de taipa rodeada por agave, o que talvez servisse para camuflar os serviços desempenhados nesse local. Entretanto, o curioso da fala do Sr. José Gomes é a descrição de que havia moças misturadas com mulheres. Estaria nosso entrevistado fazendo uma diferenciação entre as idades das mulheres, que algumas eram moças (jovens) e outras eram mulheres mais velhas? Ora, sabemos que as prostitutas mais jovens são as mais cobiçadas e também melhor pagas, enquanto a meretriz mais velha, a partir dos 28 anos já era considerada uma prostituta de “meia idade”, já que suas atividades se encerravam geralmente entre 30 e 35 anos, já não goza de tal cobiça. Então é possível que nosso entrevistado esteja fazendo essa diferenciação.

Quanto a convivência dessas meretrizes com as famílias ingaenses, em entrevista feita com o Sr. José dos Santos de 75 anos de idade, natural de Ingá, afirma que,

Elas moravam no meio das famílias, elas tinha respeito, hoje é que num tem mais respeito, tinha muito respeito aqui naquela época a policia tinha muita cobertura pega o cara que tivesse fazendo coisa errada raspava a cabeça, era ficava feito um macaco. Se uma moça passasse de nove horas da noite e a ronda passasse pegava ela o cara e mandava o cara ir pra casa porque num é hora de moça namorar mais e a moça eles entregava lá na casa do pai dela, e dizia: isso num é hora de moça tá na rua não, tome conta de sua filha, só ia pra uma festa se fosse acompanhada pelo pai. (SANTOS, 2014).

Percebemos pela fala do Sr. José dos Santos, que este elabora uma diferenciação dos dias de hoje com os anos 40/50 para dizer que naquela época as meretrizes eram supostamente comportadas, assim como as moças que estavam sempre sob a vigilância da ronda policial, como também havia um regime de horários que se fosse desobedecido causava advertências e penalizações como a raspagem dos cabelos. Além disso, quando diz que “isso num é hora de moça tá na rua não [...]”, verifica-se uma separação de horários permitidos para as moças, como forma de evitar que estas não fossem confundidas com meretrizes, era assim a construção da prostituição como um fantasma como forma de delimitar limites simbólicos, conforme Margareth Rago assevera:

A construção da prostituição como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: instituiu as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis, ao mesmo tempo que organizava as relações sexuais num espaço geográfico da cidade especialmente destinado a evasão, aos encontros amorosos, á vida boêmia. (RAGO, 2008, p. 46).

Tais espaços geográficos reservados para a evasão de instintos sexuais e vida boemia no Ingá, eram os cabarés, como o que era chefiado por Ascendino Rodrigues Paiva, conhecido por China, o qual existiu entre os anos de 1954 e 1960, tendo funcionado por um tempo na

Rua Djalma Dutra, mais conhecida como Rua Aberta, próximo ao Campo do América Futebol Clube, e depois se mudando para uma casa próxima a ponte do Rio Ingá. Segundo o nosso entrevistado Sr. José Gomes, o Cabaré de China “não foi muito tempo não porque ele adoeceu, foi até 60 ali na ponte numa casinha ali, aí foi tempo que ele morreu aí num formaram mais esse movimento não”. (GOMES, 2014).

O cabaré de China foi o mais efêmero na história do Ingá, suas atividades não duraram muito tempo, entretanto temos um relato bastante interessante sobre as práticas realizadas dentro desse meretrício, relatada por nossa entrevistada, D. Miriam Lira, vejamos:

Ali que tinha cabaré era na Rua Aberta que até dançavam nu e tudo, fechava a casa e ficava tudo nu pra dançar [risos]. Eu me lembro que Zezito quem conta, contando santidade que ele era solteiro nesse tempo aí os meninos, Vavá, Nequinho, Jonas, tudo sem vergonha, aí disse vamos Zezito ali fazer uma visita, cada mulher de Campina Grande tem, ele contando né, aí chegou lá o menino disse: é pra tirar a roupa, aí Zezito saiu de fino que esse negocio, pra tirar a roupa e dançar, mas trancavam a porta e dançavam, isso no cabaré da Rua Aberta, elas vinham em fim de semana, vinham de Campina Grande, esse cabaré num era assim de todo dia não[...]. (LIRA, 2013).

Em tom de descontração, D. Miriam Lira nos revela uma prática interessante do Cabaré de China, o que poderíamos chamar de um *strip tease dos anos dourados*, praticado por essas mulheres vindas de Campina Grande que, ao que nos parece provocavam um verdadeiro *frisson* entre os jovens ingaenses que se sentiam excitados por suas práticas de sedução um tanto diferenciadas e convidavam os companheiros de boemia para “visitar” as mulheres. Embora alguns, supostamente, ou “contando santidade” como disse D. Miriam Lira, saíssem discretamente recusando-se tirar a roupa e dançar nu.

Encantando, seduzindo, provocando prazeres e desejos proibidos, nos Cabarés de Santa, Bicin e China, em Ingá, de onde vinham essas mulheres?

## 1.2 No vai e vem do Trem: Prostitutas em Trânsito

Dentre as perguntas feitas aos nossos entrevistados: o Sr. José dos Santos, o Sr. José Gomes e a Sra Miriam Lira, uma delas era: *De onde vinham essas meretrizes, era do Ingá mesmo ou de outras cidades?* E as respostas se cruzaram, trouxeram uma similitude que causou uma inquietação, sobretudo porque é uma questão que nos parece que ainda não foi estudada pelos historiadores locais que abordam o tema da prostituição. Vejamos os relatos:

Ah, de várias cidades de Itabaiana, mas o de Bicin era daqui da cidade, agora a de Santa essas vinha de longe. (SANTOS, 2014).

As mulheres era daqui, de Goiana, de Campina, tinha a chefe, a chefe era a finada santa, agora ela ia arrumar, ia pra campina ou Goiana ir buscar mulher que as daqui era pouca (GOMES, 2014).

[...] tinha raparigagem lá pra a Rua Aberta, trazia de Itabaiana umas mulheres, é nos sábados vinha as mulheres, de Campina Grande também trazia, tinha uma casa lá, eu não sei onde era, mas tem gente que sabe, eu me lembro que mamãe dizia que papai era solteiro e vinha aqui pra o cabaré de Ingá [risos]. Esse cabaré era na Rua Aberta, eu não conheci muito não, eu alcancei assim o povo falando que China trazia essas coisas, mas no tempo dos cabarés mesmo que tinha um cabaré mesmo na Rua Aberta trazia gente, é... mulheres de Campina Grande, elas vinham só aquelas noites. (LIRA, 2013).

Percebe-se pelos fragmentos das entrevistas, concedidas por nossos já conhecidos entrevistados, José Gomes, José dos Santos e D. Miriam Lira, que perguntados de onde vinham essas mulheres nossos entrevistados são enfáticos em afirmar que elas vinham de outras cidades vizinhas como Itabaiana, Campina Grande e Goiana, o que nos leva a crer que havia uma espécie de rota da prostituição entres essas cidades, nas quais os cafetões iam buscar as prostitutas para exercer os seus serviços aqui no Ingá.

Mas, o que fazia essas mulheres vir para o Ingá?

Ora, se prestarmos bem atenção, perceberemos que Campina Grande, Ingá e Itabaiana e Goiana são cortadas pela linha do trem, o qual possibilitava a circulação de pessoas entre essas cidades, como comerciantes, jornaleros, profissionais liberais e prostitutas, sim, prostitutas também chegavam às cidades para comercializar seus corpos, divertir os cidadãos e introduzir novos hábitos na sociedade ingaense.

São frequentes nas exposições dos nossos entrevistados a menção de que as meretrizes vinham de Campina Grande, ao mesmo tempo que é sabido por nós, pelo trabalho da historiadora Uelba Alexandre (2008) que Campina Grande entre as décadas de 1930 e 1950, vive um período áureo com a exportação de algodão o que faz com que inúmeros espaços luxuosos de jogos e prostituição como o Cassino Eldorado sejam instituídos, e paralelamente os baixo-meretrícios com seus contingentes de prostitutas e cafetões e cafetinas dispostos a lucrar cada vez mais com os corpos da meretrizes.

Assim, pelos relatos dos nossos entrevistados e também de um inquérito policial<sup>30</sup> encontrado no Fórum de Ingá que nos informa da vinda de duas meretrizes de Itabaiana para o Cabaré de China, sustentamos a ideia de que havia uma espécie de prostituição andarilha entre as cidades de Campina Grande, Ingá, Itabaiana e Goiana que era possibilitada pelo trem, pois

---

<sup>30</sup> Inquérito policial, indiciado João Rodrigues Chaves, 20/09/1956 a 03/11/1956.

tais cidades estão situadas na rota do trem. Desse modo, as prostitutas estavam sempre em trânsito, no vai e vem e no chacoalho dos trens que as traziam nos finais de semana para cidades como o Ingá que dispunha de alguns meretrícios, mas, que não tinham prostitutas em quantidade para atender a demanda dos prazeres dos homens ingaenses.

Desenvolvido economicamente, agitado culturalmente para os padrões da época, socialmente diverso, atraindo olhares ambiciosos por enriquecimento, por melhores condições de vida e corpos sedentos de prazeres e desejos proibidos, estes são alguns retalhos que formam o contexto do Ingá nas primeiras décadas do século XX.

### **CAPÍTULO III- Luzes que se apagam, Desejos que se Acendem: As Relações Amorosas e Conflituosas no Meretrício da cidade de Ingá-PB**

Que tipo de relações estabeleceram-se entre as moças de família, as mulheres casadas e as meretrizes de Ingá? Como prostitutas e clientes reagiram às investidas das autoridades policiais? Como os homens reagiam às situações de recusa das meretrizes ingaenses? Quais os laços de solidariedade que uniam as meretrizes naqueles espaços tão marcados pela violência? Certamente não encontraremos respostas prontas e acabadas para nossos questionamentos nos autos criminais, considerando que estes foram produzidos numa espécie de batalha que se instaurou para produzir uma verdade em forma de veredicto, destinada a punir ou absolver.

Entretanto, buscamos nesse capítulo, através dos autos criminais, perceber os códigos, as condutas dos diversos atores sociais de Ingá por trás das brigas e das confusões, empreendendo assim, passeios pelas noites ingaenses, adentrando em suas ruas mal iluminadas, nos quartos dos cabarés, penetrando na intimidade das relações amorosas e conflituosas da zona de meretrício de Ingá que se deixam dizer nos processos e inquéritos policiais pesquisados no arquivo do Fórum de Ingá.

#### **2.0 Meretrizes, Moças de família e Mulheres casadas: Relações de Conflito e Regras de Conduta**

Manhã do dia 03 de abril de 1956, por volta das 07:30 da manhã, a meretriz Maria Azevedo Cruz, conhecida por Mercês, 20 anos, moradora da Rua Virgolino de Sousa Campos sai para comprar alguns mantimentos na mercearia do Sr. José Batista de Lira, mas, quando está de entrada no estabelecimento se depara com a senhorita Marise de Lima, sua inimiga, que está de saída; Maria Azevedo que tinha contas a acertar com a dita senhorita não hesita, imediatamente pergunta: “Marise, porque na procissão da sexta-feira da paixão você disse que Wellington tinha me dado um par de sapato mas não podia dar a Baíca, a mulher dele?”<sup>31</sup>

À resposta negativa de Marise que afirmou não ter dito isso, Mercês parte para esbofeteá-la, entrando ambas em ferrenha luta corporal, saindo Marise ferida com uma equimose no lábio superior e pequenas escoriações no braço esquerdo, segundo o exame de

---

<sup>31</sup> Processo criminal nº 42, Ré Maria de Azevedo Cruz, 03/04/1956 a 06/05/1956.

corpo de delito. Tendo praticado o delito previsto no art. 129 do Código Penal<sup>32</sup>, Mercês é presa em flagrante.

O Sr. Wellington Barbosa<sup>33</sup> era casado com Baíca, no entanto, vivia amasiado com a meretriz Mercês, situação que aos olhos a sociedade ingaense e da justiça era vergonhosa, pois, segundo o adjunto de promotor público Pedro Telles de Menezes no ato de sua denúncia contra Mercês, afirma que: “a mundana denunciada vive amasiada com o indivíduo Wellington Gomes Barbosa e, à sombra dele, vive a escandalizar as famílias e a insultar diversa senhoritas da sociedade local”<sup>34</sup>.

O amasiamento, segundo Nascimento (2008) não era visto com bons olhos pela justiça, “por causa da liberdade e plasticidade que essas uniões representavam para a justiça, além do que, para os parâmetros judiciais, só era possível qualificar homens e mulheres em três estados civis: solteiro(a), casado(a) ou viúvo(a). Nesse sentido, a sociedade ingaense que certamente tinha receio de que seus filhos (as) seguissem tal exemplo, enxergavam o caso de Mercês e Wellington como uma ofensa à moral, à estabilidade do lar e a dignidade das famílias que eram constantemente escandalizadas e insultadas por tal situação vista como indecorosa.

Situação esta que ganhava tons ainda maiores de ofensa pela ostentação dos mimos e dos presentes recebidos, como é o caso de Mercês que ganha um par de sapatos de seu amasiado, e é insultada por Marise em razão disso, já que um dos riscos sociais da prostituição está contido na exibição pública do luxo, que deveria ser restringido, pois “restringir a ostentação pública do luxo significa proteger a *sociedade sadia* contra as “seduções” da *riqueza fácil* e do não-trabalho”.(ENGEL, 2004, p. 113).

Assim, Marise toma as dores da esposa de Wellington, que é também uma dor social, pois é compartilhada pela sociedade ingaense, e provoca Mercês através de pilhérias que se intensificam durante a Semana Santa, conforme Mercês relata em seu interrogatório:

Que a vitima há muito tempo pilheriava com a depoente, o que se agravou na semana santa, ultima; que de certa vez a vítima soltou pilhéria na presença da própria interrogada, existindo de então animosidade entre ambas; que no dia que se refere a denunciada ela, interrogada, encontrando-se com a vítima no Estabelecimento Comercial do Sr. José Batista de Lira, nesta cidade por volta das oito horas da manhã, falou com esta no sentido de que não lhe dirigisse mais pilhérias, não somente porque ela, depoente, não tomava interesse da vida de quem quer que seja, o que ela deveria imitar, mas ainda em face da indisposição existente

<sup>32</sup> Lesão corporal Art. 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp\\_dl2848.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_dl2848.pdf)> Acesso em: 28/12/2013.

<sup>33</sup> O Sr. Wellington Barbosa foi prefeito do Ingá durante anos de 1963-1967.

<sup>34</sup> Denúncia do promotor público *ad hoc* da comarca de Ingá contra Maria Azevedo Cruz, em 12/04/1956.

entre ambas; que à pergunta sobre se era verdade andar dizendo a vítima que a acusada tinha recebido um par de sapatos; respondeu negativamente, retrucando a interrogada insistisse na pergunta, a vítima respondeu que tinha dito de ter ela a acusada recebido um par de sapatos; que daqui a pouco ela, depoente foi agredida pela vítima, tendo apenas, em face da agressão, procurado se defender; que nada mais houve, motivo por que nenhum fato ou outro pormenor tem à acrescentar. (Interrogatório, Maria Azevedo Cruz, em 14/04/1956).

Notamos no depoimento de Mercês o desconforto desta com o fato de Marise se importar demasiadamente com a sua vida, dirigindo-lhe pilhérias até mesmo em sua presença, pilhérias estas que possivelmente são compartilhadas por outras senhoritas da sociedade, incomodadas com a situação de amasiamento de Mercês e o fato desta ganhar presentes que Wellington sequer dar a sua esposa Baíca. Dessa maneira, o que se faz pesar no caso de Mercês não é tão somente a agressão à Marise, mas a sua condição de amasiada que se configura como um mau comportamento aos olhos da justiça.

Assim, as testemunhas são arroladas com a finalidade de dar uma identidade, fazer-se conhecer a conduta de ambas envolvidas no caso. Sobre a conduta de Marise ressoam os discursos da boa moça de família, de temperamento calmo e retraído. Mas, sobre o corpo de Mercês pesa o discurso da mulher “transviada”, “temperamento incontrolável”, “temperamento ardente”, “mulher á toa” e “pilheriadora”.<sup>35</sup>

Nos discursos dos depoentes vemos emergir duas imagens polarizadas: o anjo puro, recatado e a serpente devoradora, incontrolável, o contra-ideal de mulher, pois a mulher ideal deveria ser aquela reservada, passiva, ou seja, uma boa moça, já que “a moça de família manteve-se como modelo das garotas dos anos 50 [...]”. (DEL PRIORE, 2011, p. 166).

Entretanto, apesar de ser considerada uma “mulher à toa” Mercês teria que provar o contrário, mas como? As testemunhas José Batista de Lira e Manoel Verissimo Barbosa são convocadas, mas pouco ajudam, em seus depoimentos que se resumem em afirmar o amasiamento com Wellington e que Mercês gozava de melhor conceito quando era virgem.

Então, para defender-se da malha da justiça, Mercês apresenta como seu defensor e curador o advogado campinense William Arruda, o qual numa jogada discursiva muito bem elaborada e poética para justificar a entrada de Mercês no mundo da prostituição após a perda de sua virgindade, que teria sido tirada por Wellington Barbosa, deixando-a desonrada perante a sociedade ingaense que alimenta desprezo por ela ser uma “prostituta decaída”. Vejamos:

Que dão-se de fatos da vida humana que mais restrito que seja a sua reputação e por mais ilibada que seja o seu caráter, vem tudo ruindo de uma maneira tal, que nós não podemos calcular: É o caso de Maria de Azevedo Cruz que disfrutando as simpatias que dispunha, não só pelo seu encanto e beleza, teve o infortúnio de na Estrada da

---

<sup>35</sup> Adjetivos atribuídos, respectivamente, pelas testemunhas de acusação, Antônio Ovídio de Araújo Ferreira Filho, José Barreiro de Sousa, João Salustiano de Albuquerque e Olívio Régis Sobrinho.

vida encontrar Wellington Gomes Barbosa, que empenado com a coberta da Justiça Pública, catequisou a desventurada Mercês e com o seu dedo impune, rebentou as flores de sua virgindade digo de sua grinalda de virgem. Depois zombou da sociedade, zombou da família ingaense, que recuperou esse deslize com a quantia de 15 mil cruzeiros, como se compra em uma casa comercial, uma joia para seu uso pessoal. E a pobre vítima está hoje, arrastada pela Estrada da amargura, carpindo seu infortúnio terrível, abandonada pela sociedade que sempre se vota prostitutas decahidas (sic). (Defesa, William Arruda, em 05/05/1956).

Percebemos no discurso do advogado de Mercês pelo menos duas estratégias jurídicas comuns para a defesa de mulheres que vão parar na justiça: a sedução e a perda da virgindade como justificativa para a entrada no mundo da prostituição. Em suas análises dos processos de desvirginamento, Esteves (1989) nos informa que “a justiça viabilizava um projeto controlador da moral popular, as mulheres ofendidas precisavam provar ter sido seduzidas e não sedutoras [...]”. (ESTEVES, 1989, p. 58).

Assim, colocando Mercês como passiva frente às investidas de Wellington Barbosa que “rebentou as flores da sua grinalda de virgem” deixando-a desonrada perante a sociedade ingaense, o advogado William Arruda obtém para a sua cliente o benefício “sursis”<sup>36</sup>, ao passo que o juiz concede a suspensão condicional da pena de dois anos, mas com algumas condições. Mercês deve seguir algumas regras de conduta, dentre as quais, *exercer profissão honesta*, pois, segundo Magali Engel (2004) “apesar de, muitas vezes ser designada como ocupação, ofício e comércio, a prostituição é vinculada à ociosidade e contraposta ao trabalho”. (ENGEL, 2004, p. 94). *Não usar bebidas alcoólicas* já que a prostituição está comumente associada ao uso exagerado de bebidas alcoólicas e embriaguez que por sua vez causa a perda dos sentidos e o mau comportamento, além disso, Mercês, não poderia *frequentar casas suspeitas*, o que decerto incluiria os prostíbulos da cidade e *não se ausentar do município de Ingá* sem prévia autorização do juiz e o dever de se apresentar cada dia primeiro do mês.

Desse modo, percebemos os estereótipos que a justiça inscreve no corpo da meretriz, que por sua vez são utilizados para tentar enquadrar, tornar docilizado, sedentário o corpo da meretriz, através de regras de conduta que se não forem cumpridas poderão conduzi-la à prisão. Ou seja, efetua-se uma troca, na qual a meretriz sai perdendo pois, sua liberdade que já é restringida pelos olhos da sociedade que a marginaliza que a aponta na rua e lhe prescreve lugares que deve ser frequentado ou não, agora ganha contornos ainda mais efetivos.

---

<sup>36</sup>“É a suspensão da execução da pena privativa de liberdade imposta sob determinadas condições. Visa reeducar criminosos, impedindo que os condenados a penas reduzidas sejam privados de sua liberdade”. Disponível em: : <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/291/Sursis>>. . Acesso em 22/02/2014.

\*\*\*

Outro caso que envolve moças de família, meretrizes e mulheres casadas é o da meretriz Alaíde Rafael da Silva e da Sra. Angelina Carneiro da Silva<sup>37</sup>. O caso se trata na verdade de uma intriga provocada por uma carta entregue a senhorita Otacília de Andrade que sentindo-se ofendida e ameaçada pelo teor da referida missiva, queixou-se ao comissariado de polícia de Ingá.

Assim, no dia 26 de julho de 1958, às 08:00 da manhã com a missiva em mãos a senhorita Otacília de Andrade de 15 anos de idade, chega á delegacia de Ingá, declarando que a dita carta alegava que o noivo dela era amigado com a prostituta Alaíde Rafael e que a mesma se achava grávida do Sr. Antônio Francisco de Andrade, conforme podemos conferir:

Ingá, 18 de julho de 1950

Dona Severina este bilhete é para lhe avisar que a senhora se quiser o casamento de sua filha com Antônio que eu estou amigada com ele e Alaíde está com três meses de bucho dele e não pense que sua amarela não casa com ele não porque ele disse que não quer casar não que ele é noivo com ela somente pra fazer hora e ela está perdendo tempo e no dia que eu ver ele mais ela pode se preparar para eu quebrar a cara dela de pau que ele agora pegou foi uma mulher que tá buchuda e nunca deu-lhe umas tapas sa (sic) amarela e ela pode casar com ele mais eu mato no outro dia que Antônio é meu num é de ninguém não quem manda lhe dizer isso é Angela Carneiro que eu estou amigada e não pense que ele não dorme em casa não dorme mais eu toda noite e ele vai deixar de ir ai que eu vou empatar. (Carta anexada aos autos do inquérito policial, fls. 10).

Notamos que a carta é dirigida a D. Severina, mãe de Otacília, com o objetivo de avisá-la que Alaíde está grávida de três meses do noivo da sua filha, e que ele não pretende casar-se com ela, pois está apenas “fazendo hora”, mas, ao mesmo tempo, que da o aviso também ameaça Otacília dizendo que vai “quebrar a cara dela de pau” e que se ela se casar com Antônio vai matá-la no outro dia, pois ele é de sua propriedade, pois dorme com ela toda noite e não vai deixar que ele vá para a casa dos pais de Otacília, e quem manda dizer tal aviso e ameaças é Ângela Carneiro. Mas, quem é Alaíde e quem é Ângela Carneiro cujos nomes aparecem na carta?

De acordo com autos do inquérito policial, Alaíde Rafael da Silva é prostituta, natural da Paraíba, de 17 anos de idade, analfabeta, residente á Rua José Aires do Nascimento, que há dois meses mantinha relações amorosas com Antônio Francisco de Andrade, que em virtude do mesmo ter noivado com Otacília, deixou de frequentar a sua casa. Já Ângela, na verdade é

---

<sup>37</sup> Inquérito Policial nº 54, indiciadas Alaíde Rafael da Silva e Angelina Carneiro da Silva, de 26/06/1958 a 28/10/1958.

Angelina Carneiro da Silva, paraibana, 25 anos de idade, casada religiosamente, residente à Rua Floriano Peixoto.

Ambas são acusadas de terem enviado por meio de um menor chamado Antônio Pequeno, a carta com desaforos para Otacília. Entretanto, a carta escrita a lápis grafite não tem assinatura, a data também é retroativa, pois data de 18 de julho de 1950, enquanto a mesma foi entregue no dia 19 de julho de 1958. Assim, tanto Alaíde como Angela negam a autoria da carta.

Sobre a carta, Alaíde Rafael em seu depoimento, ignora a autoria, por ser analfabeta e não sabe também quem enviou, além disso, pelo motivo de que,

Não é mulher para tamanha audácia, pois o tempo que amara o seu ex-amante nunca o privou de amar a ninguém, prazerosamente o deseja felicidade ao lado de sua futura esposa, apesar de todas as ocorrências sente somente desgosto em ter sido desprezada grávida do Sr. Antônio Francisco [...]. (Auto de qualificação e interrogatório da acusada Alaíde Rafael da Silva, em 28/07/1958).

Desse modo, afirmando que possuía uma relação aberta com Sr. Antônio não impedindo que ele amasse outras mulheres, Alaíde se defende da acusação de ter escrito a carta em termos grosseiros para Otacília, noiva de seu amante, desejando-lhe felicidades mesmo estando ressentida com Antônio por tê-la abandonado sabendo que está grávida.

Angelina declarando não possuir inimizade com Otacília diz não ter nenhum conhecimento da carta e que ignora quem escreveu e,

Que se escreveram a mesma em seu nome foi para o fim de prejudicar; que a acusada Alaíde há dias tornou-se sua rival em virtude de ciumar dela depoente com o senhor Antônio Francisco, coisa que ignora por ser senhora casada e amar só seu esposo apesar do mesmo viver ausente (sic). (Depoimento, Angelina Carneiro da Silva, em 28/07/1958).

Ora, percebemos que Angelina deixa duas consideráveis brechas em seu depoimento, quando diz que tornou-se rival de Alaíde por causa de ciúmes desta com Antônio, o que nos faz crer que Angelina também dispute o amor de Antônio, como também quando afirma que seu esposo mora fora, ou seja, deixando-a “livre” para outras aventuras, conforme as testemunhas Joaquim Gomes da Silva e Anália Bezerra afirmam em seus depoimentos:

Que sobre a carta supõe o depoente ter sido escrita por Angelina Carneiro, como faz constar em partes da carta e seu grande coleguismo com o senhor Antônio Francisco [...], que sábado último passou pela casa da acusada Angelina e ouviu a mesma falar mal da acusada Alaíde, alegando mais ir á casa do garoto que conduziu a referida carta com o fim de compra-lo para não acusar como enviada da referida carta. (Depoimento, Joaquim Gomes da Silva, em 28/07/1956).

Supõe a depoente que não foi a acusada Alaíde quem escreveu a carta anônima e tudo indica ter sido a mesma escrita pela a acusada Angelina; que ouviu dizer por várias vezes que quem escreveu a carta foi a acusada Angelina; que ouviu falar que a acusada Alaíde há meses passados era amiga com o senhor. Antônio Francisco e

que a despresara (sic) por motivo de ser noivo e quanto ao coleguismo do Senhor Antônio Francisco com a acusada Angelina ouviu dizer que ambos se amam, visto que o esposo da referida acusada se achava ausente (sic). (Depoimento, Anália Bezerra da Silva, em 28/07/1958).

Dessa maneira, percebemos pelos relatos dos depoentes e também pela análise da carta que Angelina rivaliza o amor de Antônio com Alaíde, e para desestruturar o noivado do mesmo com Otacília, usa o nome e o corpo, a gravidez de Alaíde que sequer sabe ler ou escrever e que matinha uma relação bastante fluída com Antônio, ao ponto de não se incomodar com o seu noivado, ou seja, a prostituta assume o seu dito posto de “filial” já bem demarcado por Antônio.

O inquérito é encaminhado ao adjunto de promotor Severino Alves da Rocha, o qual julga o caso uma “patifaria” “uma peça inconsequente”<sup>38</sup> que não tem nem ofensa nem ameaça grave a ninguém, sendo uma “tempestade em um copo d’água” que devia ser resolvida em uma mesa redonda onde passaria um enérgica repreensão em todas as envolvidas. Assim, entendendo não ter havido nenhum crime ou contravenção, o promotor adjunto requereu o arquivamento do processo.

Ora, percebemos que tais conflitos são considerados pela justiça como fúteis, ou sem motivo, entretanto, Sidney Shalhoub rejeitando tais concepções, atribui uma perspectiva política, afirmando que tais conflitos “eram expressão das tensões provenientes de lutas de poder e influencia no interior dos microgrupos socioculturais, tensões e lutas estas inerentes à dinâmica de funcionamento de qualquer grupo humano” (SHALHOUB, apud ESTEVES, 1989, p. 198).

Dessa maneira, as tensões que envolvem os dois casos de Maria Azevedo Cruz, Alaíde Rafael da Silva e Ângela Carneiro da Silva são resultados dessas lutas de poder e influência que envolve tais mulheres; como Marise que toma as dores da mulher de Wellington Barbosa, dor esta que é uma dor compartilhada pela sociedade ingaense, que enxerga no amasiamento de Wellington uma ameaça ao casamento, à boa conduta das moças da cidade que podem supostamente deixar-se seduzir pela perspectiva de ostentar o luxo que os homens influentes da sociedade, que é o caso de Wellington pode lhe dar. Assim como o caso de Ângela que como mulher casada religiosamente julga ter o poder de usar o nome e o corpo da meretriz Alaíde para tentar destruir o noivado de Antônio com Otacília e manter um caso escondido com este já que seu marido está ausente.

---

<sup>38</sup> Palavras citadas pelo promotor Severino Alves da Rocha para qualificar o inquérito policial.

## 2.1 Prostitutas e Clientes: Vozes que Ecoam Contra Autoridades Policiais

As meretrizes quase sempre estão nas malhas da justiça como suspeitas de algum delito, sendo constantemente vigiadas por estes, que a todo custo querem enquadrar o corpo da meretriz, torna-lo dócil e subserviente, no entanto não é isso que podemos verificar no caso da meretriz Lídia Maria da Conceição que denuncia o soldado Cícero Farias de Sousa de tê-la agredido.

O caso se passa na Rua Aberta, na noite do dia 24 de junho de 1952, quando o comissariado de polícia é informado que a “mundana” Lídia estava embriagada incomodando os moradores da rua, então o soldado Cícero Farias de Sousa<sup>39</sup> se dirige até a casa da meretriz que já estava em casa com as portas trancadas, entretanto, mesmo a meretriz já estando recolhida em sua residência, o soldado Cícero bate à sua porta, dá-lhe umas pancadas e lhe apreende na cadeia Pública de Ingá.

Após ser solta, Lídia não hesita, presta queixa contra o soldado Cícero Farias, alegando que o mesmo a espancou na região das nádegas, provocando-lhe grandes incômodos durante suas regras mensais, como podemos conferir no seu depoimento:

“[...] o soldado Cícero Farias dizendo ter ordens do sargento comissário lhe deu voz de prisão, que ela declarante lhe pediu para que ele Farias deixa-se para o outro dia visto que ela já se encontrava deitada o que ele não atendeu, e ele com grande estupidez a retirou da cama (sic) e lhe prendeu lhe batendo diversa vezes com “cacete” em sua “nádegas” que ela declarante se achava bastante incomodada de suas regras mensais que o chegue desapareceu causando a ela declarante grande incomôdo (sic), que ela declarante não deu escândalo, além de ser mulher mundana (sic) mas nesse dia tinha se corrigido bastante. (Depoimento, Lídia Maria da Conceição, em 26/06/1952).

De subversiva das ordens públicas à vítima, Lídia conduz seu depoimento de maneira inteligente se colocando como vítima da estupidez do soldado Cícero Farias, haja vista que ela já estava deitada e este mesmo assim veio retirá-la de sua cama e prende-la, além de dar-lhe umas cacetadas que lhe provocaram incômodos no seu período menstrual, e que mesmo sendo uma mundana não deu escândalo, pois nesse dia havia se corrigido. Dessa maneira Lídia justifica sua queixa, vitimizandose e colocando em xeque o abuso de poder do soldado

---

<sup>39</sup> Ação Criminal, s/n. Réu Cícero Farias da Silva, 26/06/1952 a 06/06/1953.

Cícero que além de invadir sua casa sem as formalidades cabíveis para a detenção, ainda a agride, e por isto acabou sendo enquadrado nos artigos 129 e 350 do Código Penal<sup>40</sup>.

A vítima Lídia Maria, demonstra de maneira inteligente, seus conhecimentos acerca das leis, pois utiliza como argumento a invasão da sua casa pelo soldado que não havia em mãos nenhum mandado formal para proceder de tal maneira, além de alegar que se sentiu incomodada com a sua menstruação após o espancamento que sofreu nas nádegas; algo extremamente íntimo que só ela poderia dizer, e que foi utilizado como mais uma estratégia de defesa para assim burlar a malha da justiça e incriminar o seu algoz, soldado Cícero Farias.

Mas, o soldado Cícero também se defende das acusações que lhe são imputadas, e o faz justificando que agiu em função de seu cargo de mantenedor da ordem pública, vejamos:

Por volta das vinte horas, chegaram na Praça Antenor Navarro nesta hora umas mocinhas residentes na Rua do Emboca queixando-se a ele interrogado que Lidia estava no Emboca trajando camizão (sic) com uma faca peixeira na mão correndo atraz da sua filha para matar, que ele interrogado como policial e de ordem do sargento comissário se dirigiu até o local indicado e lá não mais encontrou a denunciada na rua e viu dentro de sua casa embriagada, que ele interrogado transmitiu a ordem do sargento e esperou do lado de fora que ela se vestisse e a conduziu até a cadeia pública que esta veio muito alcoolizada gritando pelo meio da rua isto foi presenciado por todos que ainda estavam acordados e não viram ele interrogado espancar a Lídia que ele interrogado não ia praticar atos dessa natureza sem a devida permissão do seu superior [...]. (Auto de qualificação e interrogatório do acusado Cícero Farias de Sousa, 05/07/1952).

Desse modo, o soldado Cícero Farias justifica o seu ato violento alegando ter recebido denúncia de algumas senhoritas queixosas de que Lídia estaria embriagada perturbando a tranquilidade das famílias moradoras da Rua Aberta e ter recebido ordens de seu superior para se deslocar até o local para averiguar a denúncia, ao que foi feito, conduzindo-a até o comissariado de polícia, sem ter praticado nenhum espancamento.

No entanto, não é isso que consta no relatório do comissário de polícia José Antônio de Melo o qual mesmo afirmando que o soldado não agrediu Lídia, reconhece que:

A negligência do referido soldado foi em ter conduzido a referida mulher, pois que esta já se encontrava em repouso e em sua residência e que a autoridade policial não deu ordem para que trouxesse a mulher presa se encontrasse em repouso nem tampouco para usar violência. (Relatório de polícia, 05 de julho de 1952).

Nesse sentido, o comissário de polícia se exime de qualquer culpa, por ter o soldado Cícero entrado na casa da vítima Lídia quando a mesma já estava em repouso e praticado

---

<sup>40</sup> Lesão corporal, art. 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Exercício arbitrário ou abuso de poder, art. 350 - Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder. Pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano. Disponível em: [http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp\\_dl2848.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_dl2848.pdf). Acesso em: 28/12/2013.

qualquer ato de violência. Com isso, o comissário de Polícia complica a situação do soldado que por sua vez rebate as acusações afirmando que tal denúncia é “graciosa e maldosa”.

Então, revertendo a situação, alcunhado pelas testemunhas de defesa e também de acusação<sup>41</sup> que alegaram ter Lídia realmente estar embriagada causando escândalos na Rua Aberta e com isso desacatando as famílias e que o soldado cumpriu suas funções sem ter para isso empregado qualquer ato de violência em suas presenças, o juiz julga improcedente a denúncia e absolve o acusado Cícero Farias de Sousa.

\*\*\*

Mas, não tarda e o soldado Cícero Farias de Sousa aparece envolvido em outra trama judicial, que “coincidentemente” envolve meretrizes, a qual se deu no dia 20 de setembro de 1956 no Cabaré de China, à Rua Djalma Dutra ao lado da ponte da cidade de Ingá.

Estava o Sr. João Rodrigues Chaves<sup>42</sup>, de 32 anos de idade, viúvo, trancado em um quarto com uma meretriz que havia trazido de Itabaiana, quando por volta das 08:00 da noite alguém bate à porta chamando-lhe insistentemente, ao passo que responde dizendo que, o quarto já estava ocupado, mas mesmo assim continuam batendo, quando o mesmo já enraivado pelo incomodo, levanta-se e pergunta: “ quem é o filho da puta, que está aí?”, mas ao abrir a porta depara-se com o soldado Cícero Farias, que lhe dá voz de prisão e o conduz nu da cintura para cima pelas ruas do Ingá.

Mas, por quais motivos o soldado Cícero Farias teria ido incomodar o Sr. João Rodrigues Chaves em situação tão íntima, visto que o mesmo estava encerrado em um quarto com uma meretriz?

Segundo o senhor Ascendino Rodrigues Paiva, conhecido por China, proprietário do estabelecimento que presenciou de perto o acontecido, relata-nos que:

É proprietário de um café e que faz baile com algumas mulheres militriz (sic), na Rua Djalma Dutra, ao lado da ponte desta cidade, que ontem por volta das vinte horas, chegou naquele recinto o senhor João Rodrigues Chaves, no estado de embriaguez conduzindo uma mulher que trouxe da corrida, que as vinte e trinta mais ou menos chegou naquele recinto a polícia local, que ela testemunhas viu de pertinho quando a autoridade policial, como seja cabo Cícero Farias, chamava o senhor João Rodrigues para da um recado da mãe dele João Rodrigues que mandava chama-lo por estar embriagado, este respondeu nos gritos com palavras obscenas com a própria autoridade; que autoridade no momento deu-lhe voz de prisão e esse procurou reagir a conduzir até a cadeia da cidade; que ela testemunha desconhece

<sup>41</sup> As testemunhas de defesa do Réu Cícero Farias de Sousa foram os Srs. José Serafim Alves, Manuel Mendes Ferreira e Josefa Valentina de Souza.

<sup>42</sup> Inquérito policial, Indiciado João Rodrigues Chaves, 20/09/1956 a 03/11/1956.

qualquer espancamento dentro do recinto. (Depoimento, Ascendino Rodrigues Paiva, em 20/09/1956).

Percebemos, no depoimento de China, a priori, uma tentativa de camuflar o estabelecimento, que na verdade é um prostíbulo, mas que nomeia de “café”. Não descartamos também a possibilidade de funcionar realmente como um café durante o dia e durante a noite assumir outra função, o que é uma prática comum desde o século XIX, quando atuação da polícia de costumes e a polícia médica fiscalizavam tais estabelecimentos a fim de coibir a prostituição considerada como vetor as sífilis e de outras doenças que além de físicas eram morais.

No entanto, de acordo com o acusado, o soldado Cícero Farias tinha outros objetivos que não era tão somente dar um recado de sua mãe; era um ato supostamente vingativo, pois o soldado,

Era habituado a dar dinheiro ao cabo Cícero Farias e aos soldados do destacamento policial desta cidade, mas, outro dia, dito Cabo Cícero Farias pediu emprestado ao depoente, hum (sic) mil cruzeiros (CR\$ 1.000,00), tendo este lhe respondido que não tinha essa quantia; foi quando o dito policial, com gestos de ameaça, lhe advertiu que depois prestava conta que foi esse o motivo pelo qual sofreu desfeita de ser prêso (sic) e semi-nú. (Interrogatório, João Rodrigues Chaves, em 09/10/1956).

Dessa maneira, vemos que João Rodrigues procura salvar-se da justiça argumentando que a sua prisão é um acerto de contas que o soldado Cícero já havia prometido outrora quando o acusado não lhe emprestou a quantia que ele desejava. Mas, além dessa acusação, João Rodrigues diz que:

É hábito do referido cabo Cícero Farias espancar os presos pobres logo que a luz se apaga, o que ocorre por volta das onze horas da noite [...], que quando as vítimas diziam que iriam levar o fato ao conhecimento do juiz desta comarca, o cabo argumentava que este não se achava na cidade e mesmo praticava os atos pode ordem de dito juiz [...]. (Interrogatório, João Rodrigues Chaves, em 09/10/1956).

Assim, apontando o abuso de poder do cabo Cícero Farias, dizendo este ser habituado a espancar as suas vítimas pobres logo que a luz a motor se apaga às onze horas da noite, e coagindo estas para que não os denuncie, pois o faz supostamente com o aval do juiz, o acusado João Rodrigues tenta salvar-se, deslocando sua culpa para o referido cabo Cícero Farias que assim como faz com as outras vítimas, também lhe prendeu abusando de suas prerrogativas como autoridade policial. Além disso, João Rodrigues alega que o perito que fez seu exame de embriaguez estava em combinação com o cabo Cícero Farias, como também pelo fato do médico perito viver embriagado e não possuir nenhuma condição de examinar quem quer que seja.

Por fim o juiz Genival Ferreira Caju julga improcedente a denuncia a ação de contravenção de importunação ofensiva ao pudor e de embriaguez movida pelo cabo Cícero Farias contra o Sr. João Rodrigues Chaves.

Dessa maneira, ambos os caso da meretriz Lídia Maria da Conceição e de João Rodrigues chaves que estava no Cabaré de China, demonstram a inquietação das autoridades policiais com as meretrizes e seus clientes, e o abuso de poder que era empregado contra estes que se tonaram alvos de violência física. Entretanto, percebemos que estas mesmas pessoas reagem às investidas destas autoridades, não ficam caladas, suas vozes ressoam denunciando os desmandos e o abuso de poder do soldado Cícero Farias que é acostumado a espancar e coagir as suas vítimas pobres logo que a luz da cidade de Ingá se apagam as onze horas da noite.

## **2.2 Relações Violentas: a não Aceitação das Recusas das Meretrizes**

Era meia noite do dia 10 de agosto de 1957, as luzes da cidade de Ingá já estavam apagadas, quase completa escuridão, quebrada apenas pela iluminação dos candeeiros; estava Luiz Henrique da Silva de 20 anos de idade e a prostituta Cícera Cândido da Silva de 35 anos no Bar de Mota, quando o já referido Luiz Henrique da Silva<sup>43</sup> afasta o prato de bolacha que Cícera se servia e convida-a para sair com ele, mas Cícera se recusa; então ele pergunta se ela estava com medo do sargento que se encontrava armado com um revólver, e retruca que ele também tem uma peixeira e que reagia em qualquer caso e era homem como qualquer outro, Luiz Henriques pronuncia essas palavras por mais umas três vezes até o momento em que o comissário de polícia o conduz para a cadeia publica em estado de completa embriaguez.

As testemunhas Mário Amaral da Luz e Severino Mota da Silva são convocadas para prestar esclarecimentos sobre o fato ocorrido, através das quais podemos perceber os locais frequentados pelas meretrizes de Ingá. A testemunha Mário da Luz, mesmo não tendo presenciado o fato denunciado, mas vindo a saber do mesmo, nos diz:

Que a ocorrência acima mencionada verificou-se à noite no Bar do cidadão conhecido por Mota; que o Bar de Mota é frequentado por Mundanas sendo um autentico Roi COURO [...]. (Depoimento, Mário Amaral da Luz, em 17/01/1958).

Notamos no depoimento acima citado que o Bar do Mota não é qualquer bar, é um bar frequentado por Mundanas, é um espaço por excelência onde as meretrizes de Ingá se

---

<sup>43</sup> Ação Penal nº 97, Réu Luiz Henrique da Silva, 04/10/1958 a 10/01/1958.

encontram com seus amigos, conhecidos e clientes. O Bar do Mota é um lugar marcado pela presença dessas “mulheres mundanas”, por suas práticas amorosas, sendo considerado um Roi Couro, um lugar de prostituição, a exemplo da Rua Major Jovino Do Ó em Campina Grande que também ficou conhecida como Rua do Roi Couro por abrigar pensões cabarés nos anos 30. Notamos, portanto, que a designação “Rua do Roi Couro” apresenta uma forte conotação sexual, nos informando das práticas sexuais realizadas nesse local.

Dessa maneira, quando o Bar do Mota, é nomeado como Roi Couro, alguns sentidos são enunciados para este espaço, pois segundo Certeau (2007), “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 2007, p.202), assim, são as práticas e os sentidos atribuídos aos espaços que os animam, que o dão sentido, como o Bar do Mota, que por ser um lugar praticado por prostitutas, acaba sendo enunciado como “roi couro”.

Entretanto, as prostitutas não frequentam esse bar livremente, existe um horário para que estas possam adentrar nesse lugar, como o próprio dono do bar, o Sr. Severino Mota nos informa:

Que o fato ocorreu depois das onze horas da noite e quando já não havia iluminação pública; que o bar do depoente costuma ser frequentado por mulheres de vida livre, mas essa frequência ocorre depois que a luz pública se apaga [...]. (Depoimento, Severino Mota, 17/01/1958).

O bar do Mota só é frequentado pelas meretrizes depois das onze horas da noite, horário em que o motor que produz a iluminação pública de Ingá é desligado e as luzes da cidade se apagam ficando em completa escuridão, ou seja é na escuridão da noite que é permitida a frequência das meretrizes nos bares, nas praças e demais locais públicos da cidade, antes das onze horas são as famílias que tomam conta da cidade, que se querem fazer iluminadas em suas condutas morais, avessas às prostitutas, que habitam na escuridão da noite, aguçando e acendendo os desejos dos homens ingaenses.

Outro aspecto que podemos observar nesse caso é a recusa da prostituta e, ao mesmo tempo, a não aceitação desta recusa por parte de Luiz Henrique que pensa a meretriz estar com medo de sair com ele por se sentir intimidada com a presença da autoridade policial, que possivelmente estava fazendo sua ronda a fim de evitar agitações naquele local que era frequentado por meretrizes e clientes embriagados com valentia exacerbada. Desse modo, a recusa da meretriz não é encarada como uma escolha pessoal, mas um condicionante da presença intimidadora do policial.

Considerando ser este um caso menor, em que o acusado não cometeu crime algum porque o mesmo estava em um bar onde frequentavam mulheres mundanas, sem prejudicar

quem quer que fosse e porque o réu de fato não estava armado, a ação de contravenção é julgada improcedente.

\*\*\*

Concebendo o corpo da meretriz, como corpo-instrumento, aparentemente sem escolhas e obrigado a saciar prazeres, na madrugada do dia 02 de fevereiro de 1959, José Tenório da Silva, agricultor de 20 anos de idade, chegou á casa da meretriz Maria Gomes de Lima pedindo para que ela abrisse a porta, pois estava com sede e queria tomar água, acreditando ser esta a real vontade de José Tenório, Maria abriu a porta e deu água ao denunciado, que após saciar a sua sede queria ficar com a meretriz para passar a noite, no que foi recusado, pois ela alegou já estar com outro homem, o que foi o bastante para que José Tenório desse uma cacetada na sua região frontal, como a mesma nos diz em sua declaração:

Ao chegar em casa entrou o senhor Zé Caduca, que em dado momento a declarante ouviu bater em sua porta e esta procurou saber quem era e este adiantou que era Zezinho Tenório e que queria tomar água; que a declarante confiando nele por se tratar de pessoa conhecida resolveu abrir a porta; foi nesta ocasião Zezinho entrou para o interior da casa sem a sua autorização, da declarante e em seguida convidou esta para ter relações sexuais; a declarante adiantou ao acusado que era verdadeiramente impossível, pois já se achava acompanhada e que não podia ficar com dois homens, mas o denunciado continuou insistindo forçadamente, mas não conseguindo deu-lhe uma cacetada na região frontal. (Depoimento, Maria Gomes de Lima, em 22/02/1959).

O corpo da prostituta é para o cliente, no caso José Tenório, um instrumento, uma máquina do prazer que quando acionado deve produzir o resultado esperado, não pode apresentar “defeitos”, no caso recusas, pois é como um instrumento feito para tal fim, e deve desempenhar suas funções que é o sexo com prazer, a fantasia realizada, pois,

Corpo-instrumento, a prostituta representa fundamentalmente para o freguês uma peça de produção do prazer. Não interessa nessa relação a pessoa da prostituta, suas ideias, apreensões, desejos, mas uma *performance* que foi comprada e deve ser satisfeita. (RAGO, 2008, p. 259-260).

Desse modo, para José Tenório não interessava o fato de Maria Gomes estar com outro homem, ele desejava ser satisfeito sexualmente e isto era o que interessava, entretanto, Maria diz que não tem condições de ficar com dois homens e se esquiva do acusado que por não ter seus desejos atendidos fere Maria, seu corpo de meretriz ferido pelas marcas do preconceito, pela “obrigação” de satisfazer sexualmente seus clientes a hora e momento que eles quiserem é agora ferido fisicamente, seu rosto fica marcado com o ferimento de sua recusa, de sua burla pela escolha de não querer satisfazer e dar prazer a José Tenório.

Entretanto, José Tenório desmente a versão de Maria Gomes, e diz que:

Se achava acompanhado de seu amigo Zé Caduca quando de momento depararam-se com a mulher Maria Gomes e seu amigo convidou-a para lhe acompanhar; saindo seu amigo mais a referida mulher o declarante ficou só, que estando com muita sede, bateu na casa da referida mulher afim de pedir-lhe um copo d'água, esta abriu a porta e avisou ao declarante que não batesse mais lá, visto ela se achar acompanhada, onde o declarante respondeu que não bateu para ficar com ela e sim que queria água, foi bastante para a vítima proferir palavras de baixo calão contra a pessoa da declarante; que neste momento o declarante desfecha-lhe uma pequena cacetada na região frontal da ofendida, que a referida mulher achava-se completamente embriagada. (Depoimento, José Tenório da Silva, em 22/02/1959).

Percebemos pelo depoimento do acusado José Tenório que ele insiste em dizer que estava com sede e foi a casa de Maria Gomes apenas para tomar água. Ora, que sede é essa que não pode esperar, e que mesmo sabendo que a mulher estar acompanhada ainda vem importunar, por que José Tenório não se dirige à sua casa no bairro do Emboca e não vai saciar sua sede? Fica claro que a sede de José Tenório era outra, não era de água, mas de sexo, de prazeres e como a vítima Maria o recusa, não o sacia, é espancada por ele.

Sobre as recusas das meretrizes em não querer sair com os clientes, Nascimento (2008), nos informa que:

A zona tinha códigos a serem respeitados e as próprias mulheres que lá mercadejavam seu sexo também tinham igualmente regras de conduta a seguir, por mais que o “imaginário popular” as visse como mulheres do povo, elas não se consideravam como “mulheres do povo”. As meretrizes tinham suas próprias, algo que muitas vezes não era respeitado e por isso ocorria a violência. (NASCIMENTO, 2008, p. 209)

Notamos pela citação que os territórios da prostituição não eram considerados pelas próprias meretrizes como um lugar ausente de regras de conduta, e quer por mais que o “imaginário popular” as concebesse como mulheres do povo e por isso teria que sair, dar prazeres e satisfazer a vontade de qualquer um, elas não pensam dessa maneira, pois possuem seus próprios códigos de conduta, e por esse motivo provocam a ira de homens como José Tenório.

Entretanto, José Tenório não escapa à justiça, é enquadrado no art. 129<sup>44</sup> e condenado a um ano de prisão; mas, em razão do mesmo ser menor de 21 anos, a pena fica reduzida para oito meses e ao pagamento de cem cruzeiros de taxa previdenciária.

Dessa maneira, a partir dos dois casos de recusa das meretrizes Cícera Cândido da Silva e Maria Gomes de Lima, que desencadearam em atos de violência, percebemos essa outra dimensão da prostituição que não é permissiva em tudo, que tem suas limitações, não

---

<sup>44</sup> Lesão corporal, art. 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. Disponível em: <[http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp\\_dl2848.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_dl2848.pdf)> Acesso em: 28/12/2013.

sendo, pois, o lugar da liberalização do prazer desmensurado, da explosão e exacerbação dos sentidos.

### **2.3 Territórios da Insegurança: Vulnerabilidade e Laços de Solidariedade no Meretrício Ingaense**

Era manhã do dia 19 de maio do ano de 1943, as meretrizes Clotilde da Silva da Conceição (23) e Minervina Maria da Conceição (26 anos), haviam saído de suas casas à Rua da Matança, zona de meretrício ingaense, para lavar roupas no rio em Gameleira. Enquanto isso chega João Alves de Araújo<sup>45</sup>, jornalista de 23 anos de idade, residente em Santa Cruz-RN, que há poucos dias conhecera Minervina, se aproveita de sua ausência, abre a janela de sua casa com uma peixeira, entra e rouba-lhe alguns objetos.

Quando Minervina regressa, é avisada por suas companheiras Aurelina Maria da Conceição, conhecida por Santa, e Maria Alice da Conceição que João Alves entrou na casa dela, fez alguns serviços domésticos e roubou alguns objetos, os quais são descritos por Minervina como sendo uma tesoura de unha, dois lenços, um pente, um espelho pequeno, uma bolsa de guardar níquel de couro preto, e treze cruzeiros e cinquenta centavos, além de duas calças, um paletó, uma camisa, um lenço e uma toalha de rosto pertencentes a seu amante João Gabriel do Nascimento, que estavam sob sua guarda. Dessa maneira, além de roubar a meretriz Minervina, João Alves também rouba o amante dela que havia deixado na sua casa algumas roupas e objetos pessoais.

A cafetina Aurelina Maria da Conceição, conhecida por Santa, de 38 anos de idade, em seu depoimento, descreve o acontecido:

Que na quarta-feira desta semana João Alves de Araújo, esteve na casa dela testemunha perguntando por Minervina e Clotilde, tendo ela respondido que as mesmas haviam ido para Gameleira lavar roupa; que nessa ocasião João disse que ia entrar na casa das referidas mulheres, tendo ela testemunha lhe aconselhado que tal não fizesse, que não ficava bem entrar na casa alheia na ausência de seus donos; que João declarou que ia entrar o que efetivamente fez abrindo uma das janelas da casa porque estava com fome e queria comer [...]. (Depoimento, Aurelina Maria da Conceição, em 22/05/1943).

A partir do depoimento de Santa, vemos emergir códigos sociais e regras de conduta que nos faz enxergar que o mundo da prostituição não é tão desregrado como costumeiramente a sociedade estar habituada a pensar, como podemos observar no

---

<sup>45</sup> Ação criminal s/n. Indiciado João Alves de Araújo, 21/07/1943 a 15/05/1944.

depoimento de Santa que diz a João Alves que “não ficava bem entrar na casa alheia na ausência de seus donos”, ou seja, além de emergir regras de conduta nessa fala de santa, que não acha correto entrar em casa alheia, vemos também laços de solidariedades que une as prostitutas, à medida que esta possivelmente imaginando que João Alves iria aprontar alguma coisa, tenta aconselha-lo a não entrar na casa de suas amigas. Percebemos que as meretrizes em meio a violência que estão constantemente expostas, constroem uma relação de ajuda mútua e de solidariedades, pois compartilham das mesmas aflições nesse território de vulnerabilidade social.

Discutindo as relações de solidariedade dentro do meretrício, Margareth Rago (2008) assinala que as prostitutas: “explosivas eram ao mesmo tempo extremamente solidárias entre si, seja pela condição estigmatizante, seja pelas ameaças de perseguição social e policial” (RAGO, 2008, p. 267). Desse modo, as meretrizes, operavam laços de solidariedades necessárias nesse universo masculino, especialmente no que concerne aos confrontos face os abusos de poder por parte da polícia.

Tais relações também se operavam como uma troca de favores, que certamente poderiam ser pagos em outras circunstâncias que uma meretriz precisasse da outra para defender-se de algum cliente embriagado que quisesse manter relações sexuais à sua revelia; ou então em situações como a de Minervina, em que a cafetina Santa tenta impedir a invasão de sua casa, como também notamos laços de solidariedades nas meretrizes que não se escondem, não se intimidam, e vão prestar depoimentos na delegacia, como é o caso da própria meretriz Santa e de Maria Alice da Conceição, que depõem legitimando a acusação de Minervina, contra João Alves.

Além dessa relação de solidariedade entre as meretrizes, percebemos a relação de cuidado da cafetina Santa para com as suas pupilas, ajudando em situações embaraçosas, de violência e até em questões ginecológicas, pois, como diz Margareth Rago, a cafetina “como já trabalhara como prostituta, conhecia bem os problemas que uma jovem poderia enfrentar: confidente e conselheira, às vezes realizava funções de ginecologista e prestava os primeiros socorros” (RAGO, 2008, p. 204). Dessa maneira, Santa com sua experiência, já com seus 38 anos de idade é para as suas pupilas de Ingá uma espécie de protetora, aquela cuja confiança e respeito são depositados.

Mas, mesmo com os aconselhamentos de Santa, o Sr. João Alves se aproveita da ausência de Minervina e furta-lhe alguns objetos e some com estes, mas, João Alves não vai longe, a polícia logo consegue apreendê-lo no distrito de Serra Redonda e consigo os objetos de Minervina e João Gabriel. O dito João Alves é interrogado pelas autoridades policiais e

confessa o crime, ao passo que o juiz julga procedente a denúncia e o condena a um ano e oito meses de prisão simples, com multa de quinhentos cruzeiros, além das outras custas do processo.

Dessa maneira, os processos-crimes e os inquéritos policiais que envolvem as meretrizes de Ingá têm muito a nos dizer sobre as relações conflituosas que ambos desenvolveram com a sociedade que as marginalizavam, com a polícia que abusava de seu poder e que geravam atos de violência. Mas, também nos diz de sua vivência cotidiana marcada por recuas, por imposição de limites e vontades, e por laços de solidariedade entre si, os quais nos permitem enxergar que o mundo da prostituição não é o espaço onde tudo é permitido, pois existem códigos morais e de conduta que o atravessam e que os acompanha no seu conturbado cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho sobre a prostituição no Ingá-PB, entre os anos de 1940 e 1960, percorrendo o universo de sociabilidades a que estas estavam envolvidas, no contexto citado. Para tanto, destacamos algumas discussões que se fizeram presente ao longo desse estudo.

Quando iniciamos nosso percurso em torno das discussões sobre a prostituição em Ingá, nos perguntamos em que contexto, essas personagens se fizeram presente, e nas entrevistas que fizemos e nos estudos sobre a Paraíba, encontramos referências a uma sociedade que aos poucos se modernizava, que era tomada por cinemas, por uma gama de jornais que garantiam uma rede de comunicação ampliada, além do trem que trazia para as cidades novos ritmos, novos hábitos e também novos grupos sociais, como as prostitutas.

Encontramos a cidade de Ingá imersa nesse movimento de urbanização, de constituição de novos espaços de sociabilidades, provocado, sobretudo pela produção algodoeira que lhe garantiu, além do progresso econômico, uma vida cultural dinâmica, para os padrões da época, com o cinema São José, O Clube União Cultural Ingaense, a Banda de música 31 de Março e uma educação formal, dirigida pela Escola Reunida.

Entretanto, bispos e padres da Igreja Católica da Paraíba demonstravam uma significativa preocupação com o Ingá, com a situação espiritual dos seus fiéis e com a legalização dos casamentos e a redução dos amasiamentos dos moradores de Ingá; então, nos interrogamos o porquê, dessa inquietação. E, logo verificamos que tal inquietação se devia a forte presença dos cabarés na cidade, com um trânsito constante de prostitutas que vinham de outras cidades vizinhas como Campina Grande, Itabaiana e Goiana-PE, comercializar seus corpos e possibilitar aos homens ingaenses prazeres, que estes possivelmente não encontravam em suas esposas “puritanas”.

Nesse sentido, adentramos nesse universo permeado por códigos, por todo um jogo de sedução, mas também por violência e preconceitos. Identificamos no Ingá a presença de três cabarés: o Cabaré de Santa (1940/50), o Cabaré de Bicin (1950/60) e o Cabaré de China (1954/60), que eram os territórios dos desejos e dos prazeres proibidos dos homens e mulheres de Ingá, onde estes constituíam laços afetivos, socializavam assuntos político-econômicos, e também cometiam atos de violência.

Dessa maneira, percebemos através dos inquéritos policiais e processos-crimes alguns casos de conflitos e preconceitos entre as meretrizes, as moças de família e as senhoras

casadas que se sentiam incomodadas com a presença, com os “maus exemplos” de conduta destas perante a sociedade; notamos também relações de rivalidades entre as mulheres casadas e as meretrizes que se enfrontavam em disputas por um amado em comum.

Através dos inquéritos policiais, observamos os abusos de poder das autoridades policiais que espancavam meretrizes e clientes usando de suas prerrogativas, mas também visualizamos prostitutas e clientes que denunciavam tais abusos, que não ficavam calados e prestavam queixas, mesmo não sendo levadas em consideração, suas vozes ressoavam.

Além disso, percebemos que as meretrizes ingaenses eram guiadas por suas próprias vontades, faziam escolhas, recusavam clientes, que por sua vez as concebiam como máquinas dos prazeres e ficavam irados com a recusa das meretrizes, ou seja, as prostitutas não se sentiam propriamente como “mulheres do povo”, e desse modo, não teriam a obrigação de satisfazer os desejos de quem quer que seja.

Como estávamos tratando de espaços onde práticas sexuais se efetivavam, atentamos para as marcas que a prostituição deixava nos lugares, fazendo com que certos lugares, bares fossem conhecidos como “Roi Couros”, enunciando assim as práticas e os sentidos que os habitantes de Ingá atribuíam aos lugares onde a prostituição se fazia presente.

Indo no sentido contrário de que os lugares de prostituição eram lugares onde tudo era permissivo, vimos surgir nos processos, códigos de conduta, que nos dizem que as prostitutas não eram seres desregrados como habitualmente se pensa, e se descreve; reparamos que elas constroem necessários laços de solidariedades, que são operacionalizados, especialmente, nas situações de violência, que se fazem presente cotidianamente em suas vidas.

Além dessas questões discutidas, outra saltou aos nossos olhos: o trânsito das prostitutas entre as cidades de Campina Grande, Ingá e Itabaiana; cidades cujas geografias são cortadas pela rede ferroviária, permitindo uma espécie de prostituição andarilha entre essas regiões.

No entanto, assim como a temática da prostituição, mesmo em termos mais amplos, nas cidades da Paraíba ainda é marginalizada; tal questão da prostituição andarilha ainda não foi trabalhada, constituindo-se assim para nós, como uma possibilidade de continuidade das pesquisas com vistas a uma relação entre a prostituição andarilha na região e a rede ferroviária.

## FONTES CONSULTADAS

### 1. FONTES

#### 1.1 Fontes Orais

1. GOMES, José Francisco. Entrevista concedida a autora em 22/01/2014.
2. LIRA, Miriam Borba. Entrevista concedida a autora em 16/06/2013.
3. SANTOS, José dos. Entrevista concedida a autora em 22/01/2014.

#### 1.2 Fontes Impressas

##### 1.2.1 Jornais

1. Diário da Borborema, 1958.
2. Jornal A União, 1940.

##### 1.2.2 Processos-crime e Inquéritos policiais (1940-1960).

1. Processo criminal nº 42, Ré Maria de Azevedo Cruz, 03/04/1956 a 06/05/1956.
2. Inquérito Policial nº 54, indiciadas Alaíde Rafael da Silva e Angelina Carneiro da Silva, de 26/06/1958 a 28/10/1958.
3. Ação Criminal, s/n. Réu Cícero Farias da Silva, 26/06/1952 a 06/06/1953.
4. Inquérito policial, Indiciado João Rodrigues Chaves, 20/09/1956 a 03/11/1956.
5. Ação Penal nº 97, Réu Luiz Henrique da Silva, 04/10/1958 a 10/01/1958.
6. Ação criminal s/n. Indiciado João Alves de Araújo, 21/07/1943 a 15/05/1944.

### **1.2.3 Documentos Eclesiásticos**

Livro de Tombo Nº 2, Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Ingá-PB.

## **2. Instituições de Pesquisa**

Acervo Átila Almeida (UEPB)

Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição-Ingá-PB

Fórum de Ingá-PB

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano- IHGP

### 3. Referências Bibliográficas

ARANHA, Gervacio Batista. *Trem, modernidade e imaginação na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese de doutorado em História. Unicamp, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I. artes de fazer*. 13ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DIAS, Roberto Barros. *As Estratégias Romanizadoras na Paraíba Católica Tradicional - As Irmandades, a Festa das Neves e o Juazeiro do Pe*. Cícero. **Anais eletrônicos...** São Paulo: XXVI Simpósio Nacional de História, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300646598\\_ARQUIVO\\_AsEstrategiasRomanizadorasnaParaibaCatolicaTradicionaleste.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300646598_ARQUIVO_AsEstrategiasRomanizadorasnaParaibaCatolicaTradicionaleste.pdf)>. Acesso em: 02/02/2014.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERREIRA, Alexandre. *Ingá: retalhos da história... Resquícios de memórias*. Campina Grande, Cópias e Papéis, 2012.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

NONNENMACHER, Marilange. *Conselheiro Maфра: a alma de uma rua chamada 'pecado'*. In: *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 95-114.

RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. 1985.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Descobrimo historicamente o gênero*. In: *Gênero e História*. CNT-Compostela, Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>>. Acesso em: 04/02/2014.

SOHIET, Rachel. Pedro, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de gênero*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 54, 2007, p.285.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. In: *Gender and the politics of history*, New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, Janine Gomes da. *Casas, esquinas e ruas do 'pecado': lugares de prostituição, memórias sobre um discurso caminhante*. In: *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 45-62.

SORRENTINO, Rossana de Sousa (coord.). *Uma história do Ingá*. Editora Universitária/UFPB, 1993.

SOUSA, Fábio G. R. Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande 1920-1945*. Tese de doutorado em História Social, Unicamp, Campinas, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007, p. 127-162.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. *A Cidade das Camélias e as Camélias da cidade*. In: *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 115-132.